

**Iniciativas de
Experimentação SocioEcológica**

**Guia de Práticas
de Transformação**

Iniciativas de Experimentação SocioEcológica: Guia de Práticas de Transformação

Redatores do Caderno

Patrícia Santos

Sara Rocha

Maria Nolasco

David Avelar

Cristina Albuquerque

Gil Penha-Lopes

Agradecimentos

A equipa do projeto CATALISE dirige um enorme agradecimento a todos e a todas os/as participantes, membros e parceiros das iniciativas que contribuíram nos diferentes momentos do projeto, disponibilizando o seu tempo e energia para partilhar com a equipa os seus testemunhos, os seus espaços e as suas vivências.

Um especial agradecimento aos consultores e consultoras do projeto, que contribuíram livre e generosamente com a sua experiência e conhecimentos em diferentes fases do projeto e para a conceção, discussão e concretização desta publicação, nomeadamente, à Filipa Pimentel, à May East, ao Hugo Oliveira, ao Pedro Serpa e à Annelieke van der Sluijs.

CATALISE

O Projeto CATALISE – *Capacitação para a Transição Local e Inovação Social* foi criado e coordenado pelo CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e pelo CCIAM-cE3c (grupo de investigação *Climate Change Adaptation, Impacts and Modelling*, do *Centre for Ecology, Evolution and Environmental Change*, sediado na Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa).

Equipa do Projeto

Cristina Albuquerque, David Avelar, Casimiro Balsa, Pedro Garrett, Gil Penha-Lopes, Maria Nolasco, Sara Rocha, Clara Santos, Patrícia Santos, Filipe Duarte Santos.

Projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)

Para o desenvolvimento de algumas atividades o Projeto teve também o apoio financeiro do 7º Programa-Quadro da Comunidade Europeia no âmbito *Grant Agreement* No.308337 (Projeto BASE) (CCIAM-cE3c). Gil Penha-Lopes teve também o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/65977/2009)

O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade da Equipa do Projeto CATALISE e não pode, de forma alguma, ser tomado como expressão das posições das entidades financiadoras, FCG e União Europeia.

Design gráfico

vivóeusébio – www.vivoeusebio.com

Impressão

Gráfica Maiadouro

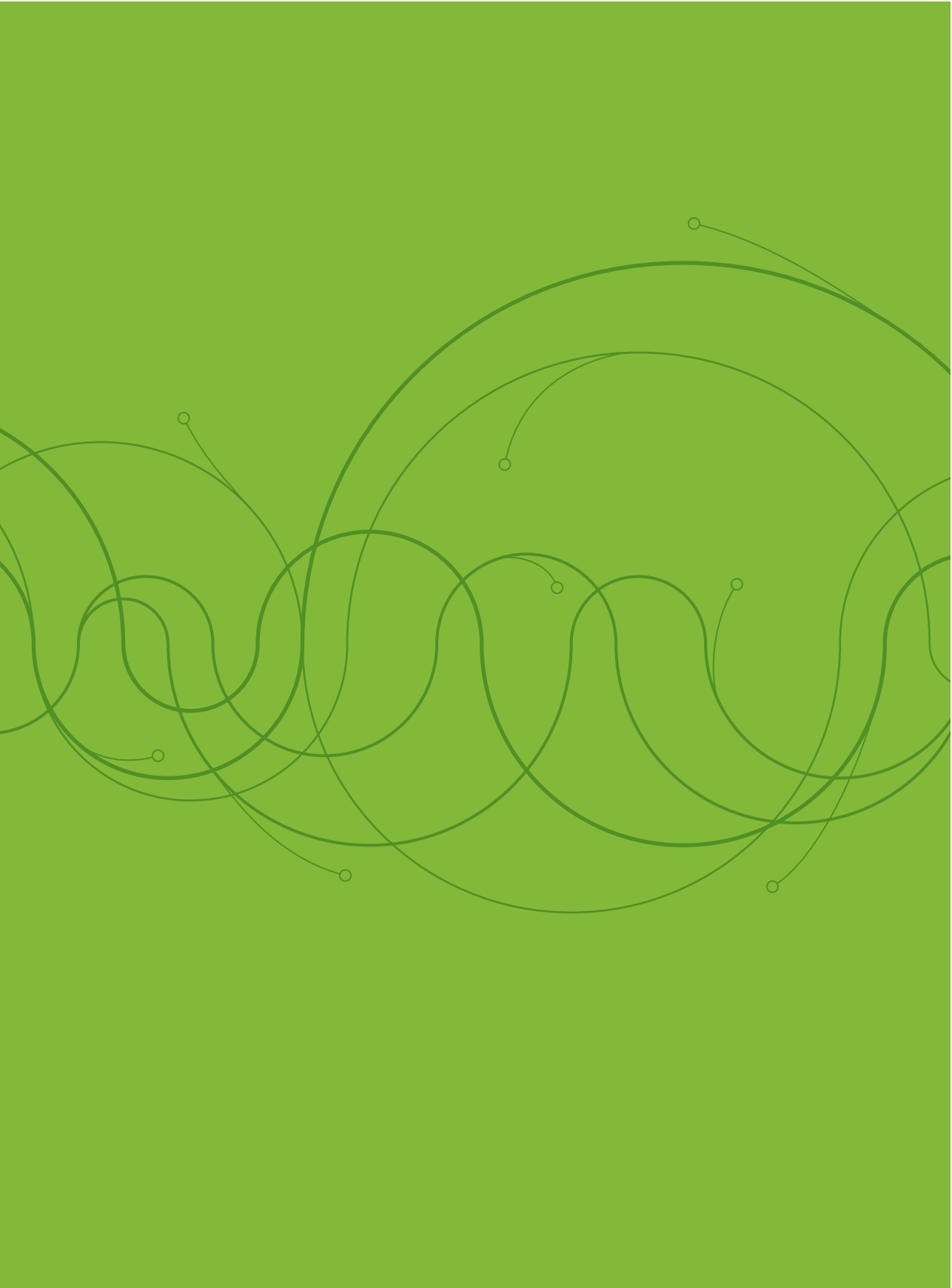
ISBN

978-989-99084-4-4

Depósito-legal

407796/16





INTRODUÇÃO

Bem-vindo ao mundo das práticas para a transformação. Por transformação entendemos o processo de transição para modelos de sociedade mais equitativos, de baixo consumo de carbono, de sustentabilidade integral, e de uma governança partilhada, assente na experimentação e participação.

Começamos por descrever o processo pelo qual esta publicação surgiu. Na **Secção 1 - Introdução** identifica-se a razão de ser deste guia e como melhor o utilizar, seguida do enquadramento conceptual. Na **Secção 2 - Guia** são exploradas as áreas de práticas, suas abordagens e descrições, e exemplos de implementação. Na **Secção 3 - Estórias** encontra-se uma coleção de excertos das entrevistas realizadas às iniciativas caso de estudo do projeto CATALISE que refletem as visões subjacentes a este conjunto de práticas.

Como surge este guia?

Este Guia surge na sequência de um questionamento que parte da observação do desenvolvimento do tecido cívico português. Em particular nos últimos anos, observamos a emergência crescente de iniciativas um pouco por todo o país e Europa [1], integradas em diversas redes com percursos, características e finalidades distintas. Um exemplo particular foi o aumento do número e da diversidade de iniciativas inscritas na Rede CONVERGIR (uma plataforma de mapeamento de iniciativas *sustentáveis* e *inspiradoras* que foi amostrada, entre outras, pelo projeto CATALISE), o qual gerou a necessidade de responder à pergunta: Que práticas e que visões propõem os representantes e os participantes que têm vindo a criar estas iniciativas?

Esta publicação é um dos resultados do percurso que iniciámos na procura de respostas para aquela questão, no âmbito do projeto exploratório de investigação-ação CATALISE – *Capacitar para a Transição Local e Inovação Social*.

Ao longo de dezassete meses (2014-2016) procuramos recolher dados que permitissem ter um maior conhecimento sobre as iniciativas existentes no território nacional e uma compreensão mais aprofundada sobre as suas práticas e visões. Os dados foram recolhidos utilizando uma metodologia mista: quantitativa e qualitativa. Numa primeira fase foi aplicado um questionário

nacional junto de iniciativas formais e informais da sociedade civil [2]. As redes amostradas foram a Rede CONVERGIR, a rede da ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, as cooperativas inscritas no portal Zoom da CASES, o Fórum Cidadania e Território, a Transição Portugal, a rede de projetos apoiados pelo programa BipZip da Câmara Municipal de Lisboa, os projetos apoiados pelo programa Cidadania Ativa da FCG, e as Hortas Solidárias apoiadas pela Fundação EDP e FCG. De um modo geral, estas redes têm como finalidades, em geral, a promoção do desenvolvimento dos territórios locais, de inovação social, de inovação social, de transição para a sustentabilidade e de governança participativa.

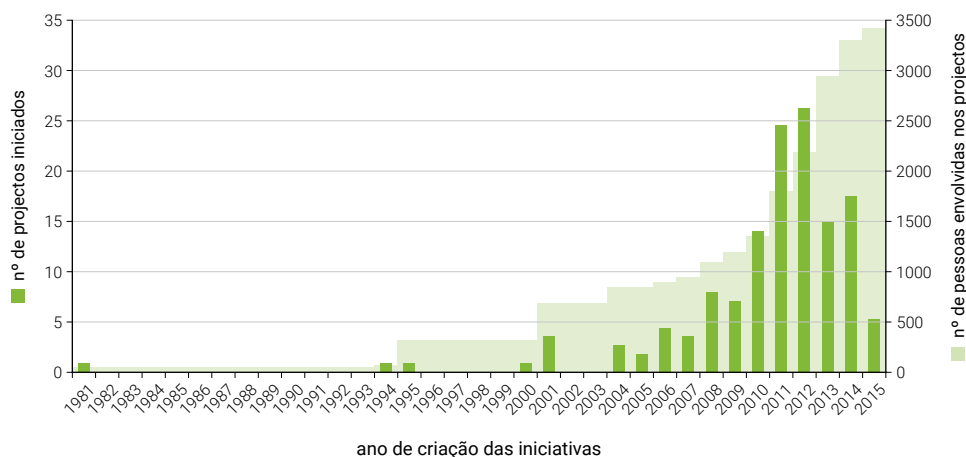


Imagem 1 – Evolução do número de projetos e de pessoas envolvidas nos mesmos, inscritos na Rede Convergir.

Foram selecionadas as iniciativas com, pelo menos, um ano de atividade, mobilizadoras de ação coletiva (com envolvimento de três pessoas no mínimo) e a desenvolver, em simultâneo, práticas e/ou objetivos ambientais, sociais e económicos. Uma análise estatística posterior permitiu identificar tipologias e casos de estudo, tendo estes sido analisados em profundidade por meio de observação e entrevistas presenciais a cofundadores, participantes ativos das iniciativas e parceiros locais das iniciativas (agentes do poder local eleito e outras instituições). Por fim, os membros das iniciativas caso de estudo e as respetivas entidades parceiras, e as redes temáticas amostradas foram convidadas a participar num encontro participativo de um dia. A manhã foi preenchida com a mostra do documentário do projeto, “Catálise, processo em curso”, e uma conversa aberta, que contou com mais de oitenta pessoas. A tarde, uma oficina com facilitação da metodologia de *World Café* que serviu para a cocriação das publicações do projeto, com 26 participantes. Dos questionários, entrevistas, e encontro, surge este Guia Prático, assim como outros produtos [3], os quais sugerimos a consulta, nomeadamente, o “Caderno de Recomendações Sociais e de Política”.

O princípio de complementaridade acompanhou o desenvolvimento do projeto no sentido de potenciar a aprendizagem coletiva e a cocriação num processo de investigação participada: desde o acompanhamento por consultores, à participação dos respondentes e entrevistados, à partilha de bases de dados, à participação no desenho e teste do questionário e do guião de entrevista, à promoção de projeções de filmes, e ao encontro participativo.

Qual a finalidade e a quem se dirige este guia?

A finalidade deste Guia é **identificar, partilhar e ativar** um conjunto de práticas e de conhecimentos em diferentes áreas de ação, assim como as respetivas iniciativas que as desenvolvem. Portanto, **disseminar e difundir práticas e conhecimentos** que possam apoiar desde as escolhas individuais do dia-a-dia até **às escolhas estratégicas** das iniciativas no desenho de parcerias e de planos de ação, contribuindo, em última análise, para **catalisar transformações que possam contribuir para gerar mudanças sistémicas**.

Este Guia destina-se aos membros das iniciativas estudadas e outras com interesse em aprofundar conhecimentos, mas também ao público em geral, em particular, aos cidadãos interessados em conhecer mais sobre a realidade das iniciativas em estudo e/ou com interesse em iniciar ou aprofundar o seu envolvimento cívico nos lugares em que vivem.

Porquê este guia?

Cada vez mais, em Portugal e um pouco por todo o mundo, emergem grupos de pessoas que se organizam e sugerem trajetórias complementares ou alternativas ao paradigma de valores e princípios vigente [4], orientado pela imposição do crescimento económico ilimitado. Estes percursos, pessoais e coletivos, locais e globais, que surgem em resposta à confluência das várias crises, ecológica, socioeconómica, cultural, política, e ética, motivaram o questionamento de origem do projeto CATALISE, através do qual fomos à procura destes processos de experimentação local e social, procurando identificar padrões entre a polifonia de visões, discursos e de práticas.

No terreno encontrámos iniciativas com uma perspetiva sistémica, de interdependência entre as diversas dimensões da vida humana (interior, exterior, individual e coletiva) e a consideração do sistema ecológico como um todo, do qual os seres humanos são parte integrante. Esta visão concretiza-se no desenvolvimento de objetivos multidimensionais (políticos, económicos, territoriais, sociais, ambientais, culturais, educativos, de saúde) e no ensaio de experiências concretas que possam constituir soluções para os problemas sociais complexos com que estas iniciativas se deparam nos seus contextos de intervenção. São **Iniciativas de Experimentação SocioEcológica** com um elevado potencial de inovação social e com possibilidade de transferibilidade para outros contextos, tendo sempre em conta as especificidades dos mesmos. A sustentabilidade é apresentada como um processo de transição, um passo-a-passo onde se experienciam transformações, tanto ao nível individual como coletivo, na relação com o meio ambiente, com o planeta e com a vida.

Este Guia surge também num período de extrema necessidade, de elevada esperança e com forte potencial de mudança. Em Setembro de 2015 foram ratificados pelas Nações Unidas os novos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucessores dos antigos Objetivos Do Milénio (ODM), com mecanismos de financiamento associados. O acordo histórico da Conferência das Partes - COP21 - em Paris, que contou com representantes políticos de praticamente todos os países do Mundo, lançou a visão de um planeta abaixo dos 1.5°C de aumento da temperatura média global. Tais objetivos podem contribuir para enformar a visão e o trabalho desenvolvido pelas várias iniciativas locais que promovem a transição para um paradigma cultural radicalmente transformado. Todavia, as intenções e tendências globais não são suficientes para a criação de um mundo sustentável localizado. Por isso, esses mesmos objetivos devem ser sujeitos à discussão e experimentação prática no terreno por via dessas mesmas iniciativas. Neste sentido, torna-se pertinente a necessidade de um documento que facilite a partilha de boas práticas, assim como a criação e replicação de iniciativas que, embora com uma dimensão local, constroem as bases para um futuro resiliente, justo e de abundante partilha.

Como utilizar este guia?

Ao longo da duração do CATALISE encontrámos uma pluralidade de ideias, conceitos, ações, eventos, projetos e tantas outras possibilidades que aumentam e crescem diariamente. À medida que os desafios e os problemas aconteciam, assistimos, na mesma medida, à emergência de propostas e de soluções. Perante uma realidade tão complexa, dinâmica e de causas e efeitos imprevisíveis e ainda pouco inteligíveis, a tarefa de elaborar este Guia colocou-nos perante o estimulante desafio de tentar dissecar essa mesma realidade e encaixá-la em poucas páginas. Esta não é uma tarefa linear nem passível de ser fechada, sobretudo quando as iniciativas em estudo propõem um olhar holístico sobre o mundo. Por este motivo é que o Guia surge do processo de investigação-ação e de complementaridade colaborativa acima descritos. Admitimos a importância da continuidade dos processos de construção de conhecimento e do seu aperfeiçoamento ao longo do tempo, dada a natureza complexa e dinâmica da realidade. Assim, o conteúdo do Guia está disponível e manter-se-á em co-desenvolvimento na plataforma *on-line* da Rede CONVERGIR em: www.redeconvergir.net/catalise

As palavras-chave que se repetem ao longo deste guia são: **rever, repensar, reduzir, fechar ciclos, e partilhar**. A partir da análise das respostas ao questionário e às entrevistas, dos resultados do encontro participativo e da informação pesquisada, surgiram cinco Áreas principais de ação, ou dimensões, que se complementam entre si, compondo uma dinâmica de cinco práticas de transformação: **Partilhar, Nutrir, Gerir, Conectar e Ser**.

Para cada área de ação identificamos **Abordagens** de aplicação das mesmas, que por sua vez são constituídas por diferentes grupos de **Práticas**. Como exemplo, foi decidido explorar em profundidade apenas uma prática por área, que tenha recebido mais atenção durante o evento *World Café* e/ou que apresente maior potencial de inovação e replicação. Há, portanto, para cada prática, uma introdução em que se faz um *zoom-out* sobre a área de ação em geral,

seguido de um *zoom-in*, onde a prática é descrita e acompanhada por um exemplo de implementação desenvolvida por uma iniciativa caso de estudo. Esta divisão por área de ação segue um sistema de cores.

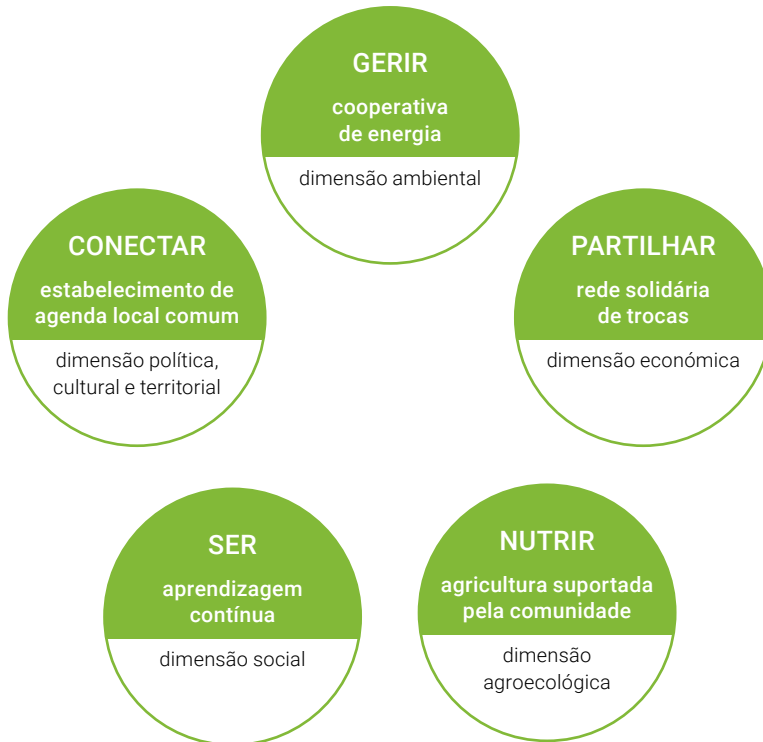


Imagem 2 – Esquema de Áreas de ação com correspondente exemplo de Prática e indicação de dimensão de análise do CATALISE.

Ao longo da descrição das práticas encontrará caixas, ora de reflexão sobre o tema, ora de definição de conceitos. Estas caixas, assim como outras secções ao longo do livro, apresentam hiperligações que promovem o carácter interativo da publicação, cuja utilização é otimizada em formato *on-line*. Adicionalmente, há ligações externas com exemplos de implementação de práticas não exploradas neste guia e que direcionam o leitor para a mesma página de internet: <http://www.redeconvergir.net>. Aqui encontra também contactos que estão ao dispor para esclarecimentos e para promover a participação no desenvolvimento contínuo desta sistematização de práticas de transformação. Sendo um dos objetivos desta publicação a disseminação de informação científica e de conhecimentos produzidos pelas iniciativas, no fim do guia poderá encontrar diversas notas com indicação de referências que poderá utilizar para iniciar ou aprofundar a reflexão e aprendizagem sobre os diferentes temas.

Enquadramento

O projeto CATALISE parte de diversos conceitos que são agora apresentados nesta secção com o objetivo de fornecer, de forma breve, o enquadramento teórico que orientou a procura das iniciativas e das suas visões e práticas, e também para ilustrar, de forma simples, a diversidade de ideias e discussões que alimentam os grandes debates atuais em torno dos possíveis caminhos das sociedades.

Inovação Social

A Inovação Social (IS) é um campo plural de experimentação de ideias, modelos, produtos ou serviços, que procuram responder a necessidades sociais concretas consideradas como prementes. Assenta em finalidades sociais e abrange um conjunto diversificado de iniciativas (práticas, métodos e processos) que, em grau variável, estão em rutura e/ou diálogo com as normas vigentes. Apesar desta diversidade de práticas, é possível identificar três grandes dimensões interinfluentes que, no âmbito do projeto CATALISE, assumimos como fundamentais: i) a satisfação de necessidades básicas ainda não satisfeitas ou respondidas de forma insatisfatória (dimensão do conteúdo/produto); ii) as mudanças ao nível das relações sociais, em especial de governança, com uma forte valorização da participação dos grupos sociais mais vulneráveis (dimensão processual); iii) o aumento da capacidade sociopolítica e do acesso aos recursos necessários à satisfação dos direitos humanos e à concretização da participação (dimensão *empowerment*) [5]. Outros autores apontam também como característica da IS a elevação da capacidade humana de agir na resolução de problemas por via do fomento de capital social [6]. Enquanto área resultante da convergência de várias áreas do saber e da prática (tecnologia, economia, gestão, biologia, cultura, sociologia, etc.), existem diversas correntes de pensamento sobre a IS, o que resulta em diferentes culturas de entendimento, por exemplo, acerca da aplicação de conceitos como o de valor e dos instrumentos de avaliação de impactos.

Economia Solidária

Pode ser definida como o conjunto plural de atividades económicas que procuram construir uma economia que seja compatível com as novas expressões da atual “questão social” e os desafios complexos que dela decorrem: a tomada de consciência da “questão ambiental”; a urgência do diálogo entre culturas, sobretudo a partir de 2011; as diferenças demográficas entre países desenvolvidos e países emergentes; o agravamento do desemprego e das formas precárias de emprego; novas formas de pobreza e de exclusão social, etc. Tem como base a prática da solidariedade horizontal que recusa uma deriva assistencialista e filantrópica do projeto social. Esta solidariedade abrange vários sentidos que não apenas o social, comportando uma perspetiva sistémica, inclusive uma visão ecocêntrica dos processos económicos e da solidariedade [7] e assenta sobre uma lógica de reciprocidade, cooperação e partilha, em detrimento da competição e da procura e acumulação de lucro. Tem uma origem multicultural assumida e retoma a importância do projeto político com a atualização da democracia participativa face à crise atual da democracia representativa. A Economia Solidária (ES) tem potenciado a emergência de novas formas económicas dos últimos 40 anos, como por exemplo, Comércio Justo, Microcrédito, Finanças Éticas, Sistemas de Trocas Locais, Moedas Sociais, Bancos do Tempo, Consumo Responsável, Agricultura Sustentável, Permacultura, Serviços de Proximidade,

Responsabilidade Social das Empresas, Economia de Comunhão, Economia da Partilha, etc. Assim, a ES representa uma renovação dos caminhos do desenvolvimento, da economia da reciprocidade não mercantil, enquanto resposta à crise do estado providência, às falhas da economia de mercado e da própria economia Social. Hoje, a afirmação da ES é clara atendendo à validação científica que tem conhecido em todo o mundo e também pelo reconhecimento político-institucional que surge a partir da necessidade em avaliar a utilidade prática e política da proposta conceptual da ES, como também da sua adoção enquanto área de intervenção na procura de respostas para os problemas da sociedade [8].

Transição Local

De uma forma geral, uma transição compreende as respostas ou processos de adaptação pessoais, relacionais, situacionais, sociais, culturais ou ambientais dados ao longo de um determinado período de mudança. A aplicação do conceito de Transição tem variado de acordo com as especificidades do contexto histórico em que emerge e tem sido abordado de forma diferenciada por diversas disciplinas do saber. Atendendo ao contexto de múltiplos e complexos desafios sociais e ecológicos sobre os quais o projeto CATALISE procurou construir maior compreensão, a Transição é aqui entendida como a procura de soluções sustentáveis para a manutenção da vida coletiva, num período histórico fortemente marcado por grandes desigualdades sociais e desequilíbrios ambientais globais. Em termos sociais, esta transição implica uma reconstrução dos sistemas de valores, isto é, a adaptação efetiva a novas circunstâncias induz transformações que se traduzem na incorporação dessas mudanças nos comportamentos e atitudes dos indivíduos, nas suas relações e, conseqüentemente, nos paradigmas culturais. No início do século XXI, o conceito de Transição popularizou-se bastante com a emergência do movimento das *Transition Towns* no Reino Unido, ancorado no envolvimento criativo das comunidades locais na construção de modos de vida resilientes, menos dependentes de recursos externos e capazes de responder aos desafios produzidos pelo pico do petróleo e pela instabilidade provocada pelas alterações climáticas e pelo atual sistema económico. A ancoragem desta transição na criatividade das comunidades locais (abordagem *bottom-up*) é uma resposta à diversidade humana e às suas intrincadas relações com o meio envolvente: a dimensão *local* tem um papel fundamental na experimentação e construção de soluções adequadas aos desafios globais.

Sustentabilidade Integral

Em meados do século XX, no âmbito da economia do desenvolvimento, surge o termo “sustentado” associado ao processo de desenvolvimento assente num crescimento económico ilimitado que, por si só, garantiria a geração de benefícios de bem-estar e a gradual melhoria das situações de pobreza. Porém, sobretudo a partir de 1972, surgem evidências sobre as insuficiências daquele modelo linear de desenvolvimento e irrompe a discussão sobre a sua “insustentabilidade” [9] para a manutenção da vida na Terra. Hoje, é ainda mais evidente a dimensão sistémica das múltiplas crises mundiais. Perante este cenário de relações intrincadas entre as causas e os efeitos dos aspetos climáticos, ecológicos, sociais, culturais e económicos dos diversos problemas [10], muitos têm sido os teóricos e ativistas que reclamam a necessidade de desenvolver visões estratégicas e ações de carácter holístico e integrado, capazes de conciliar

as múltiplas dimensões da vida humana e todos os sistemas em que ela se insere. Um destes contributos advém da abordagem integral que, ao procurar integrar diferentes disciplinas do saber, no contexto de uma perspectiva evolutiva da vida, lança pistas para aprofundar o entendimento sobre a ação humana e os seus impactos. Propõe olhar a realidade sob o ponto de vista de quatro dimensões (cruzadas sob a forma de um quadrante) que consideram fundamentais para avaliar qualquer elemento ou sistema: individual, coletiva, exterior e interior [11]. Assim, as questões individuais subjetivas, de moral, ética e espiritualidade são tão importantes quanto as questões mais materiais do comportamento. As questões coletivas como a identidade cultural, a comunicação e a educação, são tão importantes quanto a utilização e o desenvolvimento da tecnologia, o desenho do sistema financeiro-económico, assim como as estruturas de produção e de consumo (energia, alimentos, materiais de construção, etc.). Outro tipo de contributos para a construção de um conceito de sustentabilidade mais adequado são os indicadores macroeconómicos que permitem medir, monitorizar e avaliar o bem-estar e a sustentabilidade, como é o caso do mediático FIB (Felicidade Interna Bruta) aplicado no Butão. Tais propostas permitem ultrapassar indicadores como o PIB – Produto Interno Bruto, baseado apenas no mero crescimento económico. Por outro lado, as organizações e iniciativas que procuram criar um desenvolvimento holístico ou integral enfrentam também desafios à sua sustentabilidade, isto é, à capacidade em responder eficazmente aos desafios de uma *sustentabilidade sistémica* ou *integrada*, enquanto têm viabilidade e perduram no tempo. Importa neste âmbito ter em atenção, por exemplo, dimensões como a *viabilidade económica*, a *coesão social*, a *valorização ambiental*, a *diversidade cultural*, o *desenvolvimento local*, a *atualização do conhecimento*, a *governança partilhada* e também uma *Nova Ética* [12].

Governança Partilhada

O declínio do modelo moderno de Estado e da sociedade industrial, a par da desregulamentação do sistema monetário internacional e dos dois choques petrolíferos ocorridos nos anos 70 do século XX, convergiram num processo de reestruturação económica e sociopolítica com implicações concretas sobre o desenvolvimento dos territórios e sobre as condições de exercício da democracia. Por outro lado, a crise de relacionamento entre os cidadãos e as instituições de governo, visível na erosão das formas tradicionais de participação política e na descrença e desconfiança dos cidadãos (devido à perceção de casos de corrupção e ao distanciamento das instituições), torna premente a necessidade de repensar o significado da cidadania e também as escalas e formas de participação dos cidadãos nos seus próprios territórios. Neste contexto de mudanças, emergem propostas para uma “governança”, enquanto forma de exercício de “governação” que se demarca de «um paradigma de “governo” (estatal, vertical, hierárquico, burocrático) para um outro», que ao integrar uma maior abrangência de atores, consubstancia-se numa «coordenação horizontal e vertical entre múltiplos atores – públicos, privados e associativos – envolvidos em projetos comuns» [13] e com uma co-responsabilização contratualizada sob a forma de parcerias e redes. Estas propostas implicam profundas transformações na cultura organizacional e no funcionamento das instituições públicas, mas também uma cultura diferente de relação entre a sociedade civil, o Estado e outros atores implicados no desenvolvimento dos territórios. Havendo já diversas experiências precursoras de governança, existem reflexões críticas que apontam como principais desafios à sua operacionalização: a tendência

das instituições públicas para a absorção de dinâmicas cívicas através da sua institucionalização, perdendo-se potencial crítico para a transformação; as desigualdades entre os agentes que participam e da prevalência de determinados interesses (associados aos agentes que têm maior experiência política e recursos, sobretudo, simbólicos); e a pouca robustez da capacidade de organização e mobilização efetiva da sociedade civil. Neste âmbito, e numa perspetiva de construção da sustentabilidade das próprias iniciativas, importa também admitir a governança partilhada como um princípio basilar de regulação do trabalho das mesmas, onde procuram desenvolver, simultaneamente, uma gestão democrática (*Democracia Participativa Interna*), a dinamização da participação no espaço público (*Democracia Participativa Externa*) e a partilha, em parcerias com os diferentes agentes, públicos e privados do território, da regulação dos problemas da sociedade [14].



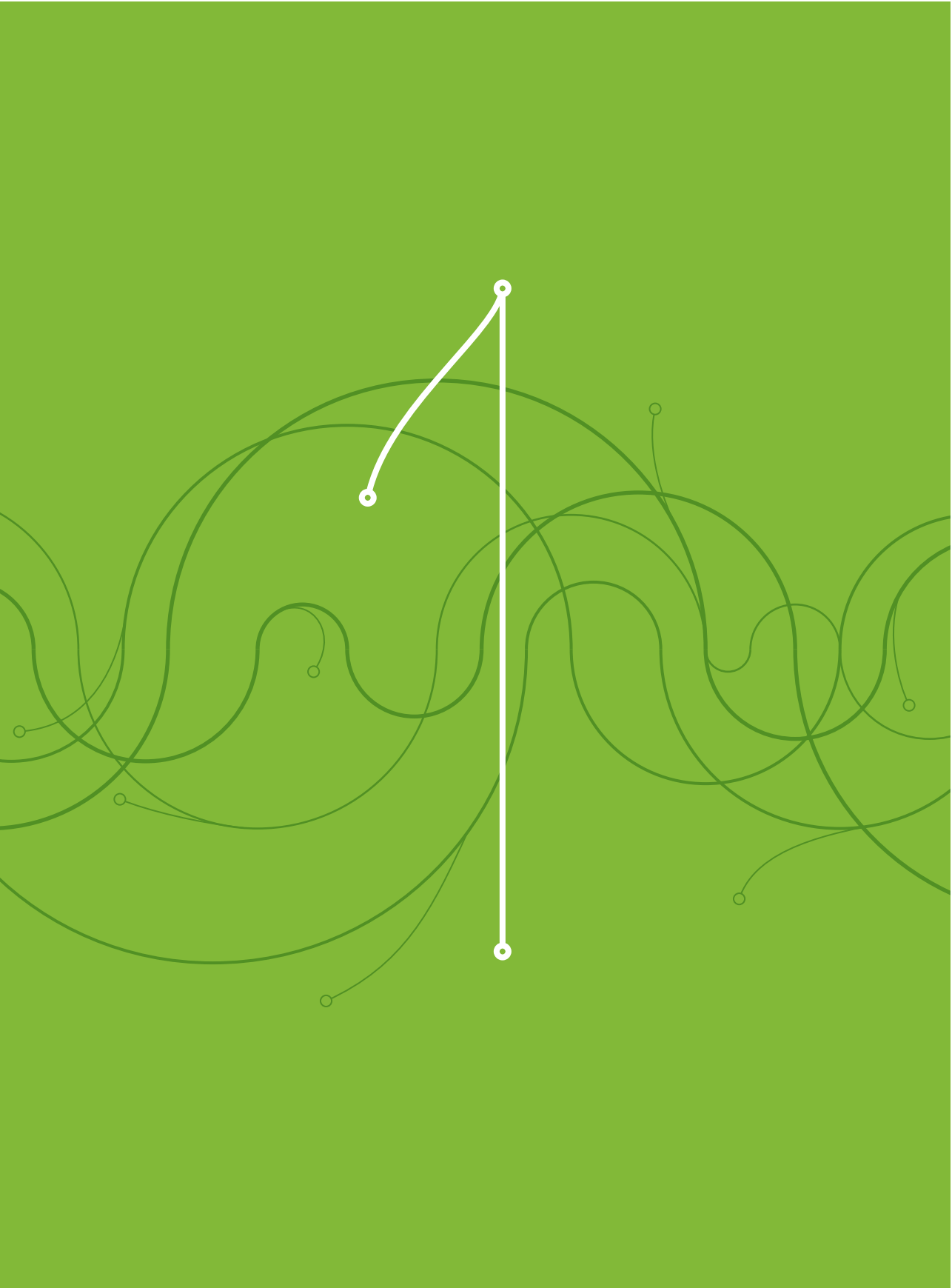
GUIA PRÁTICO

Este guia divide-se em cinco capítulos, correspondentes a cinco áreas: **Partilhar, Nutrir, Gerir, Ser e Conectar**. Cada área representa um esforço de agregação e designação das múltiplas atividades desenvolvidas pelas iniciativas ou que foram sinalizadas pelas mesmas enquanto projetos, conceitos, modelos, metodologias ou ferramentas de referência. Por sua vez, distintas abordagens que correspondem a diferentes formas de concretizar práticas concretas.

Tabela 1 – Identificação geral das áreas e abordagens a desenvolver no guia, e da seleção de práticas implementadas por diferentes iniciativas (caso de estudo do CATALISE).

ÁREAS	ABORDAGENS	PRÁTICAS	INICIATIVAS
1. Partilhar	1.1. Redes de produtores e consumidores 1.2. Redes solidárias de troca e plataformas de partilha 1.3. Formas monetárias alternativas	Mercados e feiras de trocas	Associação 1000Llides
2. Gerir	2.1. Autonomia energética baseada em fontes renováveis 2.2. Autonomia tecnológica 2.3. Otimizar e reduzir usos	Cooperativa de energia renovável	Cooperativa Coopérnico
3. Nutrir	3.1. Redes de agricultura de proximidade 3.2. Distribuição e excedentes 3.3. Compostagem 3.4. Agro-literacia	Agricultura Suportada pela Comunidade	Projeto 270
4. Conectar	5.1. Gestão de projeto 5.2. Parcerias e redes 5.3. Comunicação, <i>lobbying</i> e advocacia	Agenda local comum	Centro de Convergência de Telheiras
5. Ser	4.1. Cultivo de relações saudáveis 4.2. (re)Organização social do trabalho	Aprendizagem Contínua	Casa da Floresta - Verdes Anos

A área de atividade é definida no início de cada capítulo, seguida de uma tabela onde se apresentam as abordagens e identificam as práticas que lhes estão associadas. Na Tabela 1 estão identificadas, de forma geral, as áreas, as abordagens e as práticas desenvolvidas, seguida da indicação da iniciativa caso de estudo tomada como exemplo de implementação.



1. Partilhar

A Partilha é uma área de prática subjacente a todas as outras pois surge como um princípio nodal na mudança de visão e na redefinição do significado atribuído ao bem-estar, quer individual, quer coletivo, e à sua operacionalização concreta em termos políticos, sociais e económicos. É uma dimensão fundamental na reformulação e experimentação de modelos económicos que estejam ao serviço da comunidade, através da criação de bem-estar, num contexto de justiça e de respeito ambiental. Implica também repensar, para necessariamente reduzir, as necessidades associadas ao consumo individual. Estas necessidades podem ser substancialmente diminuídas quando respondidas de forma coletiva e partilhada, tendo em conta os recursos disponíveis ou potenciais da comunidade local. Partilhar refere-se ao tempo, espaço, bens, vivências, habilidades, tarefas e conhecimento. Viver em sociedade é partilhar.

As abordagens associadas a esta prática Partilhar têm vindo a encontrar maior visibilidade e adesão por parte da sociedade civil e de outros atores nos últimos trinta anos, apresentando-se como uma resposta económica e financeira mais sustentável e resiliente em termos ambientais e sociais. A visão subjacente é a de um aumento radical da transparência e do controle democrático sobre os recursos, sobretudo por via da circulação dos valores ao nível local, promovendo a resiliência económica dos territórios. Estes sistemas permitem também providenciar moeda em momentos de escassez, promover participação cívica e potenciar comportamentos de consumo sustentáveis. Tais sistemas têm objetivos e *ethos* vários.

Existem muitas formas de criar plataformas de interação, de aprendizagem e de trocas, como é o caso das plataformas de partilha que, por sua vez, têm um grande potencial para gerar outras novas redes de partilha. Desde a partilha de casa, automóveis e ferramentas, à partilha de competências e habilidades e à doação de bens e serviços, verifica-se uma crescente rede de possibilidades de colaboração que desafiam diariamente os paradigmas da competição e do crescimento económico ilimitado e que promovem a experiência da abundância, de base não monetária.

A finalidade essencial desta área consiste em promover relações de proximidade baseadas, e simultaneamente geradoras, de confiança e de interdependência entre os diversos agentes económicos, isto é, entre as pessoas que participam no fluxo de recursos e de energia, criando assim novas relações económicas.

No âmbito da área de Partilhar, foram apontadas diferentes abordagens possíveis:

- As **Redes de Produtores e Consumidores** (*Somos prossumidores interdependentes*), que interligam a dimensão da produção com a do consumo, aproximando, ou mesmo até, reinventando, os papéis de produtor e consumidor;
- As **Redes Solidárias de Troca**, onde existem processos de troca sem que haja necessariamente produção de novos produtos e serviços (*Temos acesso, temos tudo*);
- As **Formas Monetárias Alternativas** (*Redistribuir para promover o desenvolvimento local*), que inclui uma grande diversidade de tipos de moedas sociais e digitais.

Neste capítulo é descrita em detalhe a prática de Mercados e Feiras de Troca, tomando a Associação 1000Lides como exemplo. Apesar de conter aspetos transversais a outras áreas, a área Partilhar reporta-se, sobretudo, à dimensão económica das iniciativas.

1. PARTILHAR	
Abordagem	Prática e descrição
	<p>Cooperativas de produção e de consumo Os cooperantes associam-se para alcançar, de forma colaborativa, benefícios comuns, podendo comercializar bens produzidos pelos próprios cooperantes (cooperativa de produção) ou adquirir bens de consumo para revenda aos cooperantes com um valor mais acessível que o do mercado (cooperativas de consumo)</p>
<p>1.1. Redes de produtores e de consumidores <i>“Somos prossumidores interdependentes”</i></p>	<p>Grupos de consumo Grupo informal de pessoas que se organizam para comprar alimentos frescos e outros produtos diretamente ao produtor, de forma conjunta e regular, podendo haver partilha e rotação de tarefas entre os membros na organização e distribuição das encomendas</p>
	<p>Cozinhas comunitárias Partilha de espaço e de recursos na confeção e consumo de refeições a preços acessíveis e justos, com uso preferencial de produtos locais</p>

1. PARTILHAR

Abordagem

Prática e descrição

Bibliotecas e Plataformas de recursos

Centros de empréstimo, tal como nas bibliotecas, de equipamentos variados

Bancos do tempo, Bancos de competências e Ajudadas

Troca de habilidades e de competências, de serviços e de tempo

1.2. Redes solidárias de troca e plataformas de partilha

“Temos acesso, temos tudo”

Mercados e feiras de troca

Troca direta de bens, de bens por serviços ou de serviços por serviços

Lojas sociais e lojas grátis

Local de troca de bens usados

Co-housing e co-working

Partilha de espaços de trabalho e de habitação, por meio de entidades privadas e comunitárias

Car-pooling

Sistema de boleias baseado na partilha de carro entre passageiros com destinos e horários coincidentes por meio de plataformas on-line

1.3. Formas monetárias alternativas

“Redistribuímos para promover o desenvolvimento local”

Moedas sociais

Alocação de valor a novas formas monetárias complementares, de uso restrito, que permitem reter e redistribuir recursos locais

EXEMPLOS A PESQUISAR

- o Rede Cooperar ReCo
- o Redes Colaborativas de Produção e Emprego Local
- o Cooperativa Integral Minga
- o Grupo de consumo Horta na Cidade
- o Cozinha popular da Mouraria
- o Cantina do Rés-da-rua
- o CLIP – Recursos e Desenvolvimento
- o Tool Library
- o Ajudada
- o Banco do tempo
- o Jogo das Trocas da Associação 1000Lides
- o Loja Social Toma lá dá cá
- o Cowork Fundão
- o Viagens por tostões
- o BlaBlaCar
- o Ecosol
- o Be's (Biovilla)

1.1. ABORDAGEM – Redes solidárias de troca e plataformas de partilha

1.1.1. PRÁTICA – Mercados e feiras de troca

No âmbito das ações da Associação 1000Lides que pretendem promover a economia local de proximidade e, neste caso, construir uma rede solidária de trocas em Melides, destaca-se a associação de diversas práticas complementares como a organização dos *mercadinhos* periódicos de produtos e serviços locais, a criação de um sistema monetário complementar, a promoção de feiras de trocas, entre outras ações. Portanto, a iniciativa diversifica os meios e as formas através das quais pretende gerar relações económicas baseadas na confiança e proximidade entre as pessoas que aderem ao sistema de trocas ou que utilizam os mercadinhos e feiras para adquirir ou trocar bens e serviços.

Atendendo à especificidade do contexto da iniciativa 1000Lides e reconhecendo o valor da diversidade de práticas complementares que desenvolvem, iremos abordar a prática dos mercados e feiras de troca por referência ao conjunto da Rede Solidária de Trocas que integra, enquanto um todo que permite construir o desenvolvimento da economia local.

A escolha desta prática, dentro da área Partilhar, deve-se ao baixo investimento de recursos necessários, embora exija algum tempo de gestão para efetivamente funcionar bem. Por outro lado, pelo seu potencial de inovação (porque mobiliza, e pode até gerar, novos agentes e fluxos económicos), de sustentabilidade (porque permite responder a vários tipos de necessidades), e pela facilidade de transferência para outros contextos.

O que é?

Uma forma de desenvolver redes solidárias de trocas é a criação de mercados e feiras de troca, as quais integram um conjunto maior de práticas colaborativas ligadas à organização da produção e do consumo responsável, à promoção do acesso e usufruto de bens e serviços locais e à partilha de recursos. Ou seja, são experiências de consumo, seja de espaços habitacionais ou de trabalho, de bens alimentares e outros necessários à vida quotidiana, de carácter coletivo e, com frequência, autogestionárias. Promove-se o acesso a bens por outras vias que não apenas a compra, havendo também relações diretas com os produtores no caso dos mercados locais e que pretendem gerar relações de confiança, promotoras de cadeias produtivas mais justas. Uma vez que são “de trocas”, estas feiras pressupõem que cada participante seja, cumulativamente, produtor e consumidor dos bens e serviços trocados nessas feiras, daí o uso do termo *prossumidor* [consulte a definição de *prossumidor* na página 42 deste guia]. De uma forma geral, em Portugal estes mercados e feiras são eventos periódicos e abertos ao público em geral.

Com frequência, nestes mercados e feiras de troca faz-se uso de moedas locais alternativas. Neste processo, formam-se redes de trocas que utilizam como meio de intercâmbio moedas sem vínculo com a moeda nacional ou com o Estado, cuja circulação é baseada no princípio de

proximidade entre consumidores e produtores e cuja adesão é voluntária. Várias designações têm vindo a emergir: Moeda Alternativa, Moeda Local, Moeda de Troca, Moeda Social [15]. Estes sistemas de moedas locais consistem, basicamente, na existência de duas partes que, chegando a acordo entre si, trocam produtos e/ou serviços, sendo a moeda uma medida de valor que viabiliza e promove trocas diretas, assim como, triangulação de trocas (com mais intervenientes). Outras formas são, por exemplo, os esquemas de trocas locais (LETS) e os bancos do tempo, onde a unidade de troca é a hora (tempo).

O primeiro LETS (*Local Exchange Trading System*) foi criado em Vancouver em 1983 em reação a um momento de recessão económica. Esta inovação rapidamente ganhou notoriedade, e em 1984 estendia-se ao Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, e no início dos anos 90 chegou também a países como a Alemanha e a França. A aplicação do conceito do LETS, quer na forma de Clubes de Trocas, quer na de Bancos de Tempo, aparece em Portugal no início da década de 2000. O primeiro Clube de Trocas (*Club del Trueque*) foi criado na Argentina em 1995. Durante a crise económica de 2001 e 2002 atraiu a mobilização de milhares de participantes. O primeiro Banco de Tempo foi criado nos Estados Unidos durante os anos 80 pelo advogado de direitos civis, Edgar Cahn, em resposta à necessidade de “lutar contra a declaração de inutilidade de partes do sistema face ao paradigma capitalista”. Em Portugal existem cerca de 28 agências do Banco do Tempo registadas.

REFLEXÃO

Subjacente à diversidade destas iniciativas, são também diversas e, por vezes, contraditórias, as perspetivas que estão na base das suas propostas. Para alguns, as moedas locais com conversão direta podem representar um retrocesso quanto a outros sistemas mais radicais que pretendem romper por completo a relação com o sistema monetário vigente. Outros consideram que esta rutura com o sistema que tem como agente central e regulador o Estado pode, em última análise, servir para reforçar a atual retração das suas funções sociais e redistributivas, e contribuir para aprofundar o movimento de desagregação do estado social [17]. À semelhança do Decrescimento, são várias as propostas para mudar o sistema económico, defendendo que são maiores as hipóteses de acelerar a transição para um novo paradigma através da colaboração, do que pela simples oposição. Por exemplo, a abundância da emergência de moedas sociais e de outras formas monetárias complementares pode sugerir um relaxamento na compulsão cultural de procurar emprego formal e um movimento de construção de respostas baseadas na autodeterminação individual e comunitária. Outras reflexões críticas sobre estes esquemas monetários alternativos, sobretudo acerca das propostas vindas do hemisfério norte, apontam falhas em questões de equidade e de capacidade inclusiva, visto que tais propostas são maioritariamente compostas por membros com elevadas qualificações, brancos, e que trabalham por conta própria [18]. Por outro lado, há que ter em conta também a diversidade de outros contextos e experiências existentes em países como a Índia e outros sul-americanos e africanos, e perceber que aprendizagens podem ser retiradas desses exemplos.

No caso particular da Associação 1000Lides, foi em 2011 que teve início o Mercado de Trocas, aos terceiros sábados de cada mês, exceto no Inverno, e em 2013 foi feito o primeiro Mercado de Natal. Para a implementação contaram com o apoio da Junta de Freguesia para obterem licença de uso do espaço público da praça para realizar os mercados. Assim como com o apoio do Município de Grândola enquanto parceiro. A criação de uma moeda local surgiu em 2013, com o Jogo das Trocas, onde foi dada uma caderneta de pontos a todos os jogadores (membros associados ou não), possibilitando, por exemplo, trocar aulas de Inglês por peças de olaria. Pela voz direta dos membros da 1000Lides, apresentamos o processo:

"60 minutos, 60 pontos, equivale a 6€ à hora. (...) é fácil fazer a conversão. Se quiseres converter o dinheiro para descontos, em termos de serviço, nós estabelecemos, também falámos entre todos, estabelecemos que era 6€ à hora para qualquer tipo de trabalho, para não haver distinção entre a profissão e o serviço. Isso é a base. Se tu por acaso quiseres trocar [com outra pessoa] por outro valor, isso é uma coisa que é da vossa responsabilidade (...) porque parte da confiança que têm uma com a outra. E basicamente é assim, pronto. Tu tens um porta-moedas que é um livrinho, está na net, podes ir lá e podes imprimir." [16]

definição: DECRESCIMENTO

Nicholas Georgescu-Roegen foi o primeiro a usar o termo decrescimento seguindo a lógica de que "um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito", na obra *The Entropy Law and the Economic Process* de 1971. Mais tarde, Herman Daly vem defender a necessidade da transição da economia para um "estado estacionário", no qual a escala da produção não exceda a capacidade natural de suporte dos ecossistemas (*Steady-State Economics* de 1977 e *Beyond Growth: The economics of sustainable development* de 1996). Mais recentemente, outros autores mantêm esta perspetiva, defendendo o decrescimento como uma proposta concreta para uma mudança de paradigma civilizacional, em resposta à crise social, política, económica e ecológica (Jean-Claude Besson-Girad, em *Decrescendo Cantabile: Petit Manuel pour une décroissance harmonique*, de 2005 e Paul Aries em *Décroissance ou barbarie*, de 2005). Serge Latouche é hoje uma das grandes referências quando se fala de decrescimento. A hipótese base do decrescimento é que o crescimento económico, com aumento constante do produto interno bruto, não é possível de ser sustentado pelo planeta: se os recursos naturais, dependentes dos ecossistemas e do seu funcionamento natural de suporte à vida, são limitados, então o crescimento económico das sociedades humanas que deles depende não pode ser infinito. Afirma que a ideia de que o nível de qualidade de vida está dependente do crescimento económico provou-se errada, pelo que o modelo de desenvolvimento assente no crescimento ilimitado tem de ser revisto. A criação de qualidade de vida pode, e deve, ser obtida, mas através de outras formas que não as vigentes pelo atual regime económico. Assim, o decrescimento propõe uma mudança cultural paradigmática.

Estas diferentes abordagens complementares ao sistema económico vigente têm vindo a ganhar visibilidade e a expandirem-se um pouco por todo o mundo e, mais recentemente, por todo o país. O seu desenvolvimento está associado a movimentos cívicos e populares e também a movimentos dentro da Academia que reclamam outras formas de economia como a Economia Solidária, a Economia da Dádiva, a Economia da Partilha, as Outras Economias, as Economias Comunitárias ou a emergência de formas renovadas de Economia Social.

Para quê?

Estas práticas têm emergido da sociedade civil e outros grupos populares por variadíssimas razões [ver definição de Economia Solidária, em *Enquadramento*], mas sobretudo em resposta a necessidades resultantes das falhas do sistema monetário atual em criar desenvolvimento (realmente) sustentável, justo e concordante com os preceitos ecológicos dos quais a vida humana é parte integrante.

Esta dinâmica de práticas promove:

- Processos de reestruturação da economia local através de cadeias de produção mais equitativas e circuitos de troca ou comercialização mais curtos;
- Estimulação de relações mais diretas e justas entre produtores e consumidores e geração de novos agentes económicos como os prosumidores;
- Resiliência local através de mecanismos de (re)localização de recursos (naturais, sociais e económicos), que permitam absorver choques externos e variações financeiras (especulação, inflação, investimento, taxas de atualização);
- Visibilidade da interdependência, pelo fortalecimento das conexões entre membros da rede baseada na proximidade, transparência e confiança;
- Intervenção sobre situações de exclusão socioeconómica resultante de medidas de austeridade, das crescentes desigualdades fomentadas pelo modelo económico capitalista e da cultura de *status* a ela associada;
- O repensar das práticas atuais de consumo e do conceito de sustentabilidade;
- A construção de alternativas complementares, ou divergentes, ao sistema vigente e a consequente diversificação dos modos de vida;
- O desenvolvimento de capital social e, consequentemente, do sentido de comunidade;
- A redefinição dos conceitos de bem-estar, de participação democrática e de cidadania;
- A consciencialização sobre os limites da exploração de recursos.

Como?

Como foi dito acima, não há uma forma única aplicável de igual modo a todos os grupos, por isso apresentamos aqui apenas alguns pontos de partida transversais para iniciar a experimentação. De um modo geral, os melhores resultados são produzidos quando se parte de um grupo de pessoas e se procura implementar e desenvolver boas técnicas de gestão de grupos. Pode tratar-se de um grupo previamente organizado ao redor de uma temática comum. O grupo pode ser conduzido por um pequeno núcleo bem identificado de 2 a 5 dinamizadores, com uma distribuição clara de responsabilidades e que têm como objetivo a descentralização do poder e a confiança na rede. É importante manter sempre presente a necessidade de rotatividade na tarefa de dinamização, de modo a evitar cansaço dos membros envolvidos e para impedir que a dinâmica do grupo esteja assente num número restrito de pessoas. Desta forma o grupo será mais resiliente face às mudanças que possam acontecer entre os seus membros. Para que a rede cresça, podendo ser transferida e replicada para outros contextos, o sistema deve ser de fácil gestão.

Para manter a rede de trocas a funcionar é importante haver encontros cara-a-cara regulares entre os dinamizadores e os prossumidores com frequência, por exemplo, quinzenal ou mensal. É importante acordar um compromisso entre o grupo em não desistir antes de terem passado pelo menos três meses, visto esta prática envolver um processo de mobilização coletiva que pode levar algum tempo a consolidar-se. O espaço de encontro deve ser agradável e os encontros participativos e aprazíveis. É muitas vezes sugerido o uso repetido de jogos de simulação de trocas, de modo a reinventar e incorporar as dinâmicas de funcionamento do mercado.

O primeiro evento, mas na realidade todos os momentos de chamada de participação, devem ser preparados cuidadosamente, com um convite pensado especialmente para cada grupo social a mobilizar. Aos participantes deve ser pedido para levar uma certa quantidade de produtos para trocar, ainda que sejam prestadores de serviços, pois isso permitir-lhes-á praticar essa atividade que é muito diferente das demais formas de intercâmbio a que estamos habituados. É nesta fase que se torna possível desmistificar o poder do dinheiro formal e mostrar a moeda social como um instrumento de troca *da e para* a comunidade, produzido e gerido por ela.

Quem?

Melides é uma freguesia do concelho de Grândola, com 155,16 km² de área e 1658 habitantes (2011), valor que chegou a ser cinco vezes maior nos anos 50 e 60. É uma zona com ruínas megalíticas e romanas. As principais atividades foram, em tempos, a produção de arroz, cortiça, e a produção de barro. A presença de bastante água e a proximidade da matéria-prima fez de Melides uma terra de oleiros. A tradição mudou, mas como em muitos outros locais, há quem veja o valor cultural e territorial desta herança e a queira ver de volta a animar as ruas da aldeia.

A Associação 1000Lides começa em 2011, dinamizada por um grupo de pessoas, na sua maioria ligadas à área cultural. A génese da Associação reside no desejo de recuperar uma das antigas olarias de Melides e de concretizar ações locais que pretendem contribuir para a dinamização cultural e socioeconómica do território local e criar mais oportunidades para fixar população. Uma das práticas desenvolvidas para concretizar este objectivo tem sido a promoção do reconhecimento do comércio de proximidade, com a exposição e venda de produtos e serviços dos comerciantes locais. Têm desenvolvido também vários projetos, como o LixArte, que associa a cocriação de arte pelos residentes locais a partir do lixo que recolhem das praias; as atividades de tempos livres (ATL), que entretanto deu origem à criação de outra associação; os mercadinhos da aldeia e outras atividades de debate e de intervenção cultural na localidade.



2. Gerir

O uso de energia proveniente de fontes não renováveis, como o petróleo e o carvão, tem sido uma das principais forças motrizes do desenvolvimento material humano, sobretudo dos últimos dois séculos e meio. A grande quantidade de energia que ficou disponível com a queima daqueles combustíveis permitiu o progresso das condições materiais de vida, facto a que nos acostumamos e em torno do qual construímos os nossos hábitos quotidianos. Acendemos a luz, abrimos a torneira, usamos aparelhos com bateria, trocamos de decoração de casa, de roupa, de equipamentos, acumulamos livros, discos, detergentes, e um sem fim de coisas, sem que, no entanto, questionemos com frequência a sua origem e o seu ciclo de vida. A forma intensiva com que extraímos, produzimos, distribuimos e consumimos energia determina hoje um ritmo de vida acelerado, cujos malefícios para a saúde humana, individual e também relacional ou coletiva, são cada vez mais questionados.

Este capítulo é sobre a procura da gestão ótima de diferentes recursos, seja a energia, a água, o solo e outros recursos materiais em geral, incluindo a ubíqua tecnologia. Por outro lado, sobre o modo como podemos desenhar e rever os processos e procedimentos pelos quais utilizamos estes recursos de forma a alcançar maior sustentabilidade e autonomia.

De uma forma geral, as práticas reunidas neste capítulo têm como finalidades principais: criar autonomia, quer por via da descentralização da produção e distribuição de recursos, quer pela capacidade de manutenção de recursos já existentes; e gerir recursos de forma inteligente e responsável, de modo a otimizar os que já existem e reduzir as necessidades de consumo.

Esta área de ação considera as seguintes abordagens:

- **Autonomia energética baseada em fontes renováveis** (*Temos controle sobre a energia que consumimos*);
- **Otimizar e reduzir uso** (*Consumimos apenas o suficiente*);
- **Autonomia tecnológica** (*A informação e conhecimento são de livre acesso*).

A Cooperativa Coopérnico é o exemplo escolhido para esta área, com a prática da Cooperativa de Energias Renováveis, sendo a primeira cooperativa de energia renovável e eficiência energética em Portugal. A área Gerir integra objetivos de outras áreas, mas, sobretudo, reflete a dimensão ambiental das iniciativas.

2. ÁREA GERIR	
Abordagem	Prática e descrição
2.1. Autonomia energética baseada em fontes renováveis <i>"Temos controle sobre a energia que consumimos"</i>	Produção e comercialização de energia renovável em comunidade Coletivizar e localizar a produção e distribuição de energias renováveis através de formas colaborativas, seja uma cooperativa de energias renováveis ou por via de um grupo informal organizado
	Produção de biogás Produzir energia a partir da compostagem de matéria orgânica
	Produção de energia Produzir energia a partir de óleos usados, da radiação solar e do vento

continua



2. ÁREA GERIR

Abordagem

Prática e descrição

2.2. Autonomia tecnológica

“A informação e o conhecimento são de livre acesso”

Centro local de Internet comunitária, *media* e equipamento

Local de uso e desenvolvimento de software e hardware de acesso livre, com equipamento recuperado e ligação de internet gratuita e segura, com redução de custos por partilha de recursos e saberes

Espaço de partilha para arranjos de equipamento

Local para reparar equipamentos variados de modo a contrariar a obsolescência programada

2.3. Otimizar e reduzir usos

“Consumimos apenas o suficiente”

Consumo consciente

Repensar, adequar e implementar as práticas de consumo, enquadrando-as numa perspetiva maior dos processos e contextos que estão na sua base, dos seus impactos e da sua relação com os recursos disponíveis (materiais ou energia)

Desenho inteligente

Observar, desenhar, planear e implementar sistemas e estruturas necessárias à vida, atendendo às características dos contextos intervencionados e aos ciclos que integram e com que interagem, numa ótica prospetiva sobre os impactos futuros da intervenção, em que o conhecimento produzido é partilhado com outros

Monitorização de consumos

Conhecer e adequar consumos energéticos e de outros recursos para avaliar e transformar os padrões de consumo

EXEMPLOS A PESQUISAR

- o Cooperativa Coopérnico
- o Produtor de biogás a partir de composto
- o Energy Power Greenhouse
- o SunPulse Water
- o Espelho de Scheffler
- o Ecoserviços do projecto REMIX
- o GitHub
- o Planos de decrescimento energético

2.1. Autonomia energética baseada em fontes renováveis

2.1.1. Produção e comercialização de energia renovável em comunidade

O que é?

A gestão dos recursos energéticos e a aposta na produção de energias renováveis têm subjacentes questões sobre a autossuficiência e a participação ativa no sentido da capacitação dos cidadãos para o desenvolvimento das condições necessárias à sua sobrevivência. Desta forma, é um tema que desvela algumas contradições de fundo da sociedade no que toca à oposição entre a autonomia e a dependência dos seus membros.

Mudanças estruturais e estratégicas dos modos de produção e distribuição de energia mudaram por completo o mercado energético na última década. Desde meados dos anos 90 existem cada vez mais grupos locais a promover o uso de energias renováveis, e outros que detêm parte do mercado de energia. Este facto, só por si, implica mudanças radicais nas configurações e formas como o mercado, a inovação tecnológica, as políticas e as populações interagem. As alternativas renováveis passam, sobretudo, pela descentralização de recursos e detenção comunitária dos mesmos. Uma destas alternativas possíveis são as Cooperativas de Energias Renováveis (CER), como é o caso da Cooperativa Coopérnico.

Seja por mudança coletiva, onde moradores de uma rua ou bairro decidem em conjunto tomar consciência do seu consumo energético e mudar de fornecedor de energia para ter melhor preço e fontes mais verdes; seja por compra coletiva, quando um grupo instala infraestruturas e/ou esquemas de obtenção de energia, o modo de gerir energia é fulcral para o processo de transformação. Por outro lado, podemos olhar para os consumos não-domésticos, e no espírito cooperativista, partilhar espaços e equipamentos: automóveis, máquinas de lavar, tecnologia, etc., pois, tudo o que for partilhado pela comunidade será um passo na redução da pegada ecológica e nas contas de energia.

Todavia, há ainda um longo caminho a percorrer na educação para o impacto das diferentes escolhas, individuais e coletivas, do uso das energias sobre o ambiente, a saúde e outras implicações socioeconómicas [22]. São diversas as iniciativas que hoje, em Portugal e no mundo, se dedicam à sensibilização e educação para a literacia ecológica, isto é, para divulgar conhecimentos e práticas que permita aprofundar e difundir uma compreensão mais aprofundada sobre os princípios de organização dos sistemas naturais e integrá-la no sentido de construir sociedades efetivamente sustentáveis. Ao longo deste guia e nas notas finais poderá encontrar referências que exemplificam algumas destas iniciativas.

definição: COOPERATIVA

Uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros. Regem-se por sete princípios: 1º Princípio: Adesão voluntária e livre; 2º Princípio: Gestão democrática pelos membros; 3º Princípio: Participação económica dos membros; 4º Princípio: Autonomia e independência; 5º Princípio: Educação, formação e informação; 6º Princípio: Intercooperação; 7º Princípio: Interesse pela comunidade (CASES, <http://www.cases.pt/>).

REFLEXÃO

O número de cooperativas comunitárias de energias renováveis, das mais variadas fontes, tem vindo a crescer. Verifica-se uma grande diversidade de formatos de projetos, dada a pluralidade existente de pessoas, das suas necessidades específicas e das fontes de energia renovável acessíveis, criando contextos muito diferenciados de implementação. Existem, portanto, inúmeras formas de cuidar e de gerar recursos. Por exemplo, no Reino Unido, nos últimos seis anos, têm crescido as iniciativas que fazem uso, principalmente, de energia solar e de energia eólica [19]. Estas iniciativas foram inicialmente apoiadas pelo Estado por tarifas subsidiadas e é uma prática que tem vindo a replicar-se pela Europa. Noutros países, como a Dinamarca e a Alemanha, cerca de 20% da energia renovável é de propriedade coletiva. Há também casos de estudo muito interessantes na Indonésia onde iniciativas comunitárias têm vindo a apostar na produção de biogás e nas micro-hídricas, para a produção de energia em zonas remotas. Em algumas áreas da ilha de Java produzem já excesso de energia que se vende à rede estatal, como é o caso do projeto da *Cinta Mekar Community Cooperative* [20] e que mostra como tecnologia e materiais simples, combinados com um sistema de preço adequado, é facilmente replicável. Por outro lado, atualmente existem também várias possibilidades de unidades domésticas de produção de biogás, quer através da transformação de estrume de vaca, quer através do uso de resíduos orgânicos da cozinha, usando tecnologia relativamente simples. Este é o caso do produtor de biogás desenvolvido pela comunidade de Tamera, através do qual é possível produzir gás para cozinhar uma refeição fazendo uso de uma pequena quantidade de restos da cozinha [21].

Para quê?

A implementação desta prática pretende:

- Reduzir custos, económicos e ambientais, relacionados com a produção, conservação e distribuição de energia;
- Construir comunidades de baixo-carbono reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa;
- Criar sentimento de pertença, ou sentido de comunidade, através do envolvimento na promoção do desenvolvimento económico local;
- Relocalizar a soberania energética, pelo acesso ou detenção dos recursos;
- Promover o desenvolvimento do sector energético com a criação de empregos equitativos e promotores de um ambiente são;
- Possibilitar o acesso a serviços financeiros éticos;
- Estimular o fomento de capital social e de coesão comunitária;
- Promover práticas de consumo consciente;
- Encorajar a cidadania ativa.

Como?

Há que começar por identificar o que é mais adequado e necessário à comunidade e ao local. Há uma grande variedade de fontes de energia por onde escolher: painéis e coletores solares, turbinas de energia eólica, energia hídrica, biogás, reutilização de óleos alimentares, assim como o solo e a água que são também elementos a considerar na produção, conservação e distribuição de energia. O desenvolvimento inicial de uma prática deste género necessita de integrar a participação da população. Para tal, embora haja benefícios relacionados com a mitigação das alterações climáticas e a segurança e soberania energética, é importante demonstrar outros benefícios mais tangíveis que possam garantir o sucesso na mobilização e comunicação com a comunidade em geral.

Seguem-se seis passos gerais para a implementação desta prática:

- 1) Em primeiro lugar identificar o comportamento que se pretende modificar. Para bem suceder na mudança dos consumos é preferível começar por selecionar um comportamento específico que se pretende alterar, mantendo um foco sobre as necessidades a que se pretende responder e com base nos recursos disponíveis. Por exemplo, pretende-se mais: Compostagem doméstica ou local? Monitorização para redução do consumo de água de rega? Transportes complementares? Consumo de energias de fontes renováveis?

- 2) Investigar quais são os principais obstáculos e benefícios da prática: existem muitos e bons casos documentados de criação de CER's com os quais se pode, e deve, aprender. Assim, não é necessário reinventar todo o processo e passar pelos mesmos contratempos. Existem casos de estudo sobre: eficiência de uso de energia e água, de resíduos e excedentes, de mobilidade sustentável, gestão de linhas de água e controlo de poluição, compostagem, *upcycling*, etc.;
- 3) Escolher ferramentas de gestão e desenvolver um plano: ao desenhar o plano de implementação da prática há que ter em consideração desde o início os procedimentos de monitorização, avaliação e atualização do plano, garantindo a sua constante adequação. Por exemplo, com a realização de *Focus Groups*, onde se apresentam as ideias a um grupo de 6 a 8 pessoas e se facilita uma conversa para identificar as forças e fraquezas do plano, e os obstáculos e as oportunidades existentes para a sua implementação;
- 4) Implementar o plano de ação: conhecer o contexto de aplicação e comportamentos adotados, de modo a proceder a adaptações que possam ser necessárias durante o processo de implementação;
- 5) Partilhar aprendizagens: discutir, refletir e avaliar o processo de implementação, nas suas várias fases de forma a readequar e melhorar o mesmo e potenciar as mudanças em maior escala que a prática poderá trazer;
- 6) Por fim, dar a conhecer o processo à comunidade: garantir a sustentação das propostas implica com frequência encontrar parceiros e recursos que permitam a sua continuidade e, assim, a sua difusão para a geração de mudanças sistémicas. Partilhar o processo permitirá que a comunidade se aproprie do mesmo.

No caso da cooperativa Coopérnico, são reunidos investimentos em pequenos projetos de energias renováveis onde cada cooperante pode deter a parte que desejar. A eletricidade que produz é integrada na rede elétrica e serve para abastecer famílias, organizações sociais e negócios, preferencialmente, locais. Os projetos geram benefícios económicos, com a venda da eletricidade produzida, e ambientais, com a produção de eletricidade limpa (sem emissões de dióxido de carbono e outros poluentes e sem impactos alargados como é o caso das barragens). Distribui os benefícios gerados entre a sociedade, os investidores e o meio ambiente. Tem como princípios o uso total de energias verdes, a criação de valor social, através da colaboração direta ou através da atribuição de parte dos resultados obtidos a organizações da economia social ou educacionais; o desenvolvimento local, dando sempre prioridade a parceiros locais como forma de criar emprego verde a nível local; e a promoção da transição para uma economia mais sustentável, onde a transparência, a confiança e a integridade são a base de relações duradouras, em que a informação é partilhada entre todos os membros.

Como criar uma CRE? Em Portugal, o registo legal de uma cooperativa pode ser feito contando com o apoio jurídico da Cooperativa António Sérgio (CASES) e da plataforma europeia REScoop. EU (*Renewable Energy Sources Cooperative*).

Quem?

A Coopérnico é uma cooperativa de energias renováveis, que alia à sua natureza ambiental o apoio a projetos de solidariedade social, educacionais e de proteção ambiental, e também o apoio ao desenvolvimento da economia local. A partir da visão de um modelo energético renovável, justo, descentralizado e responsável, tem como missão envolver os cidadãos e as empresas na criação de um novo paradigma energético, que contribua para um futuro social, ambiental e energeticamente sustentável. Neste sentido, pretende contribuir para uma transição energética em que a fonte de energia utilizada passa de fóssil/nuclear para energia renovável, em que a produção de energia passa de centralizada a descentralizada, e em que o desperdício de energia dá lugar a uma utilização eficiente. Para a Coopérnico, as fontes de energia renovável são bens comuns, o que motiva que os cidadãos se envolvam mais na produção, transporte, distribuição e fornecimento dessa energia. Mediante esta perspectiva o formato organizacional da cooperativa permite conciliar os objectivos ambientais com objectivos económicos e sociais e, assim, fazer face a estes desafios e alcançar a Democracia Energética.



3. Nutrir

A alimentação é um dos campos da vida onde muitas mudanças têm vindo a ocorrer nas últimas décadas, as quais, mais uma vez, estão interligadas com outras esferas da vida: a saúde e o bem-estar, os impactos ambientais, sociais e económicos. Estas transformações são visíveis nas diferentes fases do ciclo alimentar, nomeadamente, a produção, distribuição, consumo e gestão de resíduos alimentares. Também a cultura relacionada com a esses momentos do ciclo alimentar (festas da colheita e de produtos sazonais, feiras anuais, etc.) e à gastronomia têm sofrido transformações com consequências sobre as paisagens identitárias dos territórios.

O estilo de vida urbano leva a que a produção e a preparação dos alimentos tenham perdido destaque nos hábitos quotidianos, em detrimento da compra de produtos de fácil e rápida preparação. Esta mudança traz implicações ao nível do embalamento: estimulado pelo consumo individualizado de pequenas quantidades, em detrimento da compra a granel, é uma grande fonte de gasto de recursos e de criação de resíduos. A globalização da produção e do consumo trouxe também efeitos sobre a conservação: as grandes distâncias entre a produção e a confeção motivam o acrescento de aditivos químicos que permitem conservar os alimentos por períodos longos de tempo, mas que geram consequências nefastas para a saúde humana. Por outro lado, os transportes feitos entre a fase do cultivo, do processamento e da distribuição dos alimentos pelas superfícies comerciais traduzem-se num gasto elevado de combustíveis fósseis e, assim, num alto custo ambiental.

Já ao nível económico e social, as alterações da estrutura dos alimentos pelo processamento industrial e a existência de agentes intermediários que atuam nas diversas fases do ciclo entre o solo e a mesa, resultam no encarecimento do preço final dos alimentos para os indivíduos e suas famílias. De um posto de vista colectivo, a deslocalização dos processos do ciclo alimentar acarretam um esvaziamento das atividades económicas locais associadas ao mesmo (dado não conseguirem competir com os preços praticados pelas grandes cadeias comerciais) e verifica-se também a desvalorização social dos agricultores e dos camponeses e o seu empobrecimento. Neste sentido, este tema envolve não apenas questões de Segurança Alimentar, mas também da Soberania alimentar, isto é, dos aspectos sociais, económicos e políticos que estão subjacentes à gestão do ciclo alimentar.

Esta área de ação contém as seguintes abordagens:

- **Redes de agricultura de proximidade** (*Colaboramos e sabemos pelas mãos de quem e onde nasce o alimento*);
- **Distribuição e Excedentes** (*Alimentamo-nos com o que é fresco e local*);
- **Compostagem** (*Nada se perde, tudo se transforma*);
- **Agro-literacia** (*Sabemos o que comemos e como o fazemos*).

Para exemplificar uma abordagem desta área de atividade foi selecionado o projeto 270, uma vez que as suas atividades tocam diferentes abordagens desta área.

A área Nutrir é exemplificativa da congregação de diversas dimensões de ação, tendo uma forte dimensão ambiental e social, mas também económica e territorial, sendo um exemplo de uma área de síntese, neste caso, a dimensão agroecológica.

3. ÁREA NUTRIR	
Abordagem	Prática e descrição
	<p>Agricultura Suportada pela Comunidade Grupos de agricultores, camponeses e de outros produtores e de consumidores, e prossumidores, que ajustam a procura e a oferta, assegurando um processo de produção justo e sustentável e a qualidade dos alimentos e que colaboram enquanto pequenas comunidades</p>
<p>3.1. Redes de agricultura de proximidade “<i>Colaboramos e sabemos pelas mãos de quem e onde nasce o alimento</i>”</p>	<p>Hortas comunitárias e pedagógicas Encontrar um local para transformar em horta, gerar sustento e desenvolver um grupo de trabalho/lazer</p>
	<p>Sistema participado de certificação de agricultura sustentável Desenvolvimento de sistemas de certificação da qualidade do processo de produção que envolvem a participação de outros agricultores e também de consumidores, baseados na confiança gerada na relação direta e na aprendizagem partilhada ente pares, evitando os custos elevados da certificação biológica</p>

continua



3. ÁREA NUTRIR

Abordagem

Prática e descrição

3.2. Distribuição e Excedentes

“Alimentamo-nos com o que é fresco e local”

Partilha de excedentes

Colheita ou recolha e distribuição de alimentos que, de outra forma, seriam desperdiçados, para complementar e fechar ciclos nas diferentes fases do ciclo alimentar

Circuitos curtos de distribuição

Modo de comercialização dos alimentos por venda direta do produtor ao consumidor final ou por venda indireta com o número mínimo possível de intermediários

3.3. Compostagem

“Nada se perde, tudo se transforma”

Co-criação de compostagem doméstica nos condomínios ou bairros

Pequenos grupos que partilham área ou edifício residencial organizam-se para recolher resíduos orgânicos produzir composto

Sistema público de compostagem

Existem pontos de recolha para os resíduos domésticos em locais públicos, integrados num sistema local de compostagem

Casa de banho seca

Recolha de dejetos humanos para serem utilizados em processos de compostagem

3.4. Agro-literacia

“Sabemos o que comemos e como o fazemos”

Criar grupos de estudo e aprendizagem

Pessoas interessadas mobilizam-se em torno de fóruns teórico-práticos e outros eventos para refletir, discutir e intervir nas áreas relacionadas com a alimentação (como se produz, processa, saúde natural e sua relação com o contexto envolvente, regeneração dos ciclos do solo e água, etc) e aprender de forma prática

Advocacia pela soberania alimentar

Mobilização para comunicar, debater, propor e exigir respostas às problemáticas da alimentação, saúde e bem-estar e agricultura, em todos os seus aspetos

EXEMPLOS A PESQUISAR

- o Projeto 270
- o Boa Colaborativa
- o RE.CI.PRO.CO
- o AMEP - Associação pela Manutenção da Economia de Proximidade
- o Eco-Escolas
- o Hortas Urbanas
- o Horta da Casa da Floresta - Verdes Anos
- o Horta da FCUL
- o Participatory Guarantee System
- o ReFood
- o Fruta Feia
- o Prove
- o TAIPA – O Cabaz do Mar
- o Projeto Orgânica Verde
- o Composting Council of Canada
- o Círculos de Sementes
- o CIDAC

3.1. Redes de agricultura de proximidade

3.1.1. Agricultura Suportada pela Comunidade

O que é?

Nesta abordagem falamos de pessoas que cultivam alimentos e de pessoas que os consomem, e que colaboram em torno da criação de relações de proximidade. A escolha da prática de Agricultura Suportada pela Comunidade (ASC) justifica-se pelo facto de integrar várias abordagens, pelo potencial em gerar a satisfação de necessidades muito concretas de todos e de fomentar relações de proximidade. Esta prática tem, e pode ter muito mais, impacto na qualidade de vida, quer das pessoas que cultivam os alimentos, quer das que os consomem, seja por via do aumento da qualidade da alimentação, da qualidade do ambiente, da regeneração dos solos e dos ciclos da água e da promoção da economia local.

A ASC consiste numa parceria direta, baseada na relação entre o grupo de consumidores (ou *prossumidores*, dependendo do nível de participação pedido no processo de produção ou distribuição) e um ou mais produtores, onde os riscos, as responsabilidades e as recompensas da produção agrícola são partilhadas através do estabelecimento de uma ligação de longa duração, de reciprocidade e de apoio mútuo. O agricultor passa a ter confiança de que consegue escoar os seus alimentos a preço justo e que os riscos da produção são reduzidos, e o consumidor passa a confiar na origem e qualidade dos alimentos que adquire. Partilham objetivos de promoção da saúde humana (alimentos nutritivos, frescos e naturais) e da saúde ambiental. Por outro lado, a saúde da economia local, quer pela criação de postos de trabalho, quer pela fixação de riqueza nos territórios locais.

definição: PROSSUMIDOR

O conceito de *prossumidor* surge como um neologismo pós-moderno onde o consumidor assume o papel duplo de consumir e de produzir ou criar, deixando de estar numa posição meramente passiva de consumo e passa a ter um papel mais ativo. A sua emergência está associada ao mundo da tecnologia, da comunicação, do marketing e do mercado de bens e serviços. Por exemplo, com a Internet 2.0, com os blogues e *websites* interativos, passamos também a produzir conteúdos e novas plataformas de comunicação. Está associado a consumidores proactivos, com exigências e conhecimentos cada vez maiores e vontade de fazer parte da criação e distribuição de bens e serviços. A palavra tem sido adotada no âmbito da agroecologia e de formas de economia colaborativa, em parte por permitir traduzir a convergência entre produtores e consumidores, estes envolvidos de forma ativa nos processos produtivos ou de gestão. Permite também “resgatar” os cidadãos do papel passivo e acrítico de consumidores, tema discutido por vários filósofos, sociólogos e outros teóricos, como uma característica marcante das identidades pós-modernas e as suas consequências sobre a erosão da participação cívica.

Consta que foi no Japão, nos anos 70, após uma crise alimentar por contaminação com mercúrio, que a ASC emerge, denominada por sistema *Teikei*. Ao mesmo tempo surgiam iniciativas semelhantes na Suíça e na Alemanha. Existem muitas outras abordagens da ASC: AMAP (*Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne*) na França, CSA (*Community Sustainable Agriculture*) nos Estados Unidos da América, CSA (*Community Supported Agriculture*) na Grã-Bretanha, *Équiterre* no Quebec, *Vodestreams* na Bélgica. Em Portugal existem diferentes experiências como, por exemplo, o RE.CI.PRO.CO (Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores).

Em Portugal este é ainda um modelo pouco conhecido pelo público em geral, todavia um número crescente de novos agricultores e outros produtores, organizações, coletivos e redes, demonstram interesse no conceito e no desenvolvimento de modelos. No nosso país é utilizada a designação AMAP (Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade) ou CSA (sigla inglesa para *Community Supported Agriculture*). Em Setembro de 2015, no âmbito do encontro da Rede Internacional de Agricultura apoiada pela Comunidade, URGENCI, em Berlim, foi escrita coletivamente uma Carta Europeia de Princípios para as AMAP's [23], a partir da qual se realizou um encontro das várias iniciativas em Portugal [24].

REFLEXÃO

Existem também grupos de Pesca Apoiada pela Comunidade (ex.: TAIPA – O Cabaz do Mar). Estas permitem aos consumidores apoiarem diretamente pequenas operações pesqueiras e receberem peixe fresco; e permite aos pescadores terem melhor preço por diminuição de custos intermédios e de variações de mercado. Esta simbiose promove o uso de métodos sustentáveis, pelo aumento de responsabilização e educação, de consumidores e produtores, sobre preocupações de conservação da natureza. Já a RE.CI.PRO.CO baseia-se na contratualização entre agricultores e consumidores enquadrando a aquisição de alimentos numa dimensão social, coletiva e territorial. O contrato, com uma duração mínima de 6 meses representa um compromisso (embora a duração possa ser variável e com a possibilidade de serem repetidos no tempo). Os agricultores comprometem-se a fornecer alimentos de qualidade e a cumprir os objetivos estabelecidos entre as partes, e os consumidores “aceitam compartilhar as responsabilidades assumidas pelos agricultores ao nível do respeito e manutenção da paisagem rural, da produção de determinadas variedades regionais ou da prática da agricultura biológica, entre outros”. Existe portanto, uma relação comprometida que se traduz na responsabilização mútua pelos riscos da produção e outros constrangimentos, na garantia de qualidade dos alimentos e na preservação e respeito pelo meio ambiente. Consulte aqui o Guia: <http://www.comunidadesparticipativas.org/praticas-significativas/reciproco/>

Para quê?

A implementação de uma ASC promove:

- Descida do custo dos alimentos e aumento do rendimento através da eliminação de agentes intermediários no ciclo alimentar;
- Aumento do consumo de alimentos sazonais e das variedades locais, possibilitando a preservação *in situ* da diversidade genética;
- Criação de comunidades pelo aumento da interação e das relações de entreajuda: aumento de capital social pela criação de redes de confiança;
- Cooperação e partilha de recursos;
- Partilha do risco e da tomada de decisão;
- Valorização do agricultor e dos bens alimentares;
- Potencia a reflexão e consciencialização sobre questões socioeconómicas, ambientais e de segurança alimentar, e a mudança de comportamentos de consumo;
- Promoção da soberania alimentar: acesso e detenção dos recursos, gestão das decisões e processos relativos ao ciclo alimentar;
- Promoção da saúde humana através de uma alimentação mais natural, fresca e nutritiva.

Como?

Não existe apenas uma forma de praticar Agricultura Suportada pela Comunidade, podendo os modelos variar consoante os diferentes arranjos entre a cultura local e os recursos e necessidades específicas de cada iniciativa. Um modelo genérico tem como principais passos:

- Os consumidores desejam aceder a produtos frescos e locais;
- Encontrando um projecto de ASC, e se se identificarem com o projeto e com os seus objetivos, associam-se à iniciativa, o que pode variar entre um acordo oral até uma inscrição ou mesmo até uma contratualização mais formal;
- É contratualizada a sua participação e passam a receber alimentos frescos, sazonais e locais, diretamente das pessoas que os cultivam e produzem;
- Ambas as partes passam a estar associadas numa parceria local baseada na confiança e alimentada pela proximidade;

- A confiança do consumidor, pelo pagamento adiantado, permite ao produtor manter uma fonte de rendimento mesmo nas alturas em que a produção resulta em mais investimento que rendimento (mudanças climáticas com estragos nas colheitas, por exemplo). Este pagamento suprime necessidades como sementes, equipamento e recursos humanos;
- Existe a possibilidade de organizar visitas à exploração agrícola, para que os consumidores conheçam o espaço e as condições em que o processo produtivo decorre.

O grupo de consumidores financia de antemão o agricultor, que se compromete a fornecer semanalmente estes consumidores, sem intermediários. Esta relação de compromisso assenta sob a vontade das partes e princípios de responsabilidade, confiança e trabalho, tendo como base comum a partilha das recompensas, dos riscos e da responsabilidade. Os custos de produção e o salário considerado justo para o agricultor ficam incluídos nas quotas pagas pelo grupo de consumidores, divididas entre todos.

Adicionalmente há aumento de rendimento para ambos, pela partilha de risco e por perda de intermediários do sistema. Esta relação renovada com o sistema de produção agrícola tem o potencial de formar e fortalecer as relações da comunidade com o território mas também de valorização da atividade do agricultor e dos próprios alimentos, pela sua implicação direta no ciclo alimentar. No entanto, há que notar que existem vários formatos de ASC, podendo o nível de envolvimento e partilha de risco variar consoante o acordo feito entre as partes.

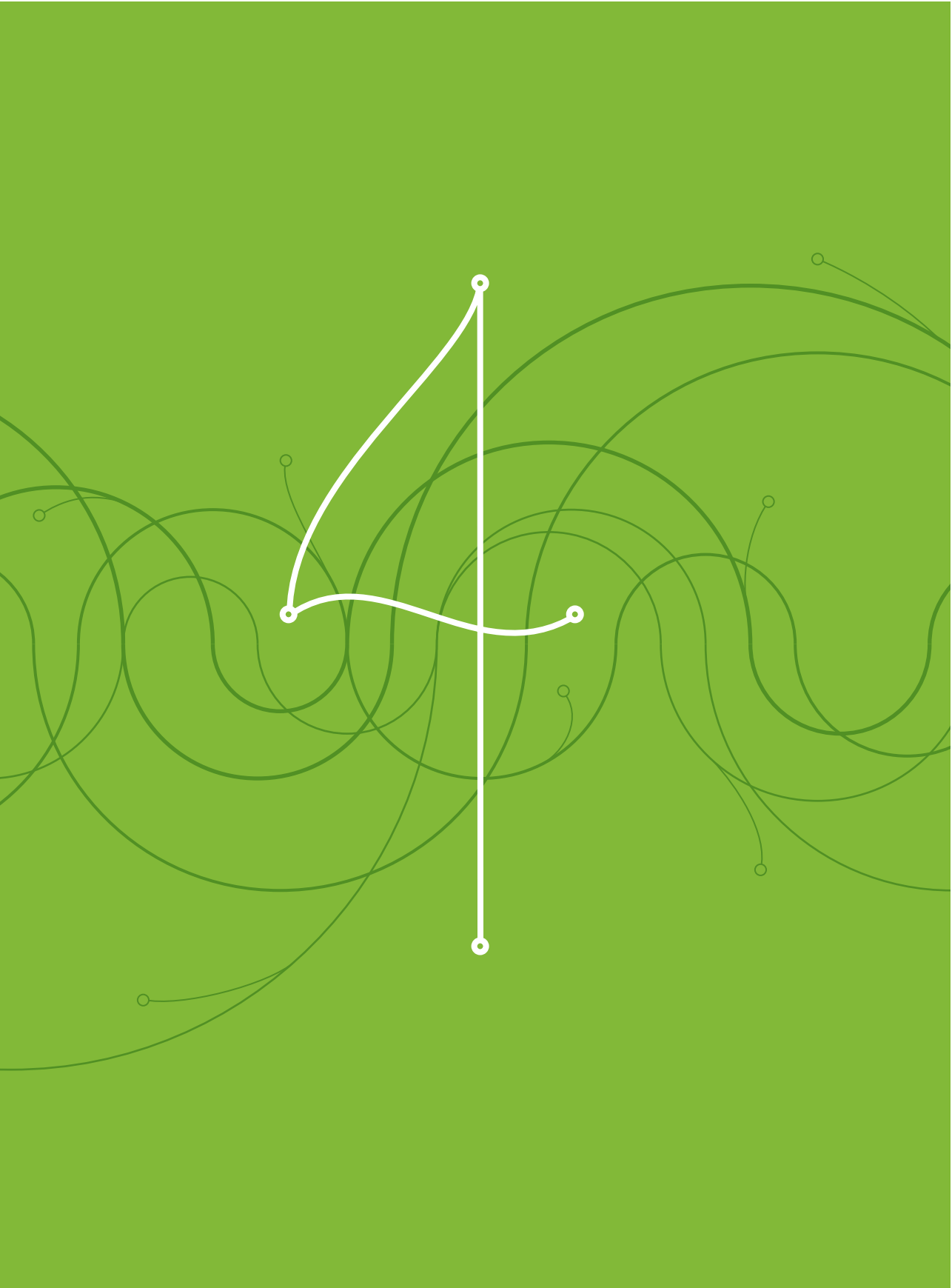
Quem?

A génese do Projeto 270 remonta ao ano de 2001, ao projeto de reabilitação da parcela de terreno nº 270, situada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Ali a finalidade consistia em trabalhar a arte, a agricultura e a cultura, sob o princípio do não-desperdício, quer de bens imateriais como a experiência e a criatividade, quer de bens materiais como os vários resíduos resultantes da atividade humana. Hoje, o Projecto270 é uma associação cultural que age pela promoção da Soberania Alimentar, encontrando-se situado na parcela da Quinta do Bell, espaço agrícola de 4 hectares, a 4 km do centro do Pinhal Novo, no concelho de Palmela.

A partir da experimentação prática quotidiana, quer no campo, quer na cozinha ou no mercado, dedica-se à reflexão e debate sobre temas diretamente relacionados com a vivência diária

de construção do projeto: os circuitos curtos de comercialização, a Soberania Alimentar [25]; a Agricultura Suportada pela Comunidade, o Comércio Justo [26], o direito à alimentação adequada, agricultura sem agroquímicos, sementes livres [27], Agroecologia [28], entre outros. Com frequência trabalha em parceria com outros coletivos na organização de oficinas e outros eventos de formação e de sensibilização e debates temáticos em torno de refeições preparadas com alimentos da Quinta. Um bom exemplo deste objetivo pragmático de “educar fazendo e demonstrando” traduz-se no trabalho feito no âmbito da vermicompostagem: através da recolha de restos orgânicos junto dos pescadores, talhos, jardineiros, comerciantes de restauração e famílias, o projecto cria e dinamiza uma rede local de ligações em torno da recolha de resíduos orgânicos para a produção de composto, o qual serve, simultaneamente, para regenerar os solos (repondo os nutrientes), construir paisagem e produzir alimentos. As pessoas envolvidas contribuem assim com um gesto simples, integrando no seu dia-a-dia um novo hábito com impactos positivos sobre o ambiente e os ecossistemas locais.

As práticas agrícolas do 270 são baseadas em princípios da permacultura [29] e da agricultura biodinâmica [30], sendo a produção de hortofrutícolas orientada pela sazonalidade, em regime de policultura, utilizando sementes livres e sem recurso a agroquímicos de síntese. Atualmente, o projeto 270 encontra-se a desenvolver novos projetos, em ligação com a Câmara Municipal e outros coletivos, dois dos quais o mercado biológico e o apadrinhamento de árvores de fruto por parte de famílias, que posteriormente recebem retorno em fruta. Devido à recente mudança de lugar, hoje o projeto está a trabalhar no desenvolvimento de um novo modelo de Agricultura Sustentada pela Comunidade, com o objetivo de escoar produtos, por exemplo, para Lisboa.



4. Conectar

Qualquer que seja a área setorial de intervenção de uma iniciativa, ela decorre sempre no contexto de um território, composto por diversas comunidades. Por seu turno, essa intervenção pressupõe um processo dinâmico, com um número variável de agentes e atores em interação, os quais incutem a sua ação intencional sobre os territórios. O modo como interagem, organizam e gerem as problemáticas e potencialidades dos territórios traduz uma forma de governar, no sentido lato da palavra, do latim “*gubernare*”: dirigir um navio, conduzir.

No âmbito de uma Governança Partilhada [veja *Governança & Participação* na secção *Enquadramento*], num contexto democrático, falamos então da participação de diferentes agentes e atores, públicos, privados e cidadãos, em torno de projetos comuns de regulação dos problemas e na promoção do desenvolvimento dos territórios. É neste contexto de participação alargada que surge a área Conectar.

Por um lado, a gestão interna das próprias iniciativas, constitui, em si, uma plataforma de governança a uma microescala. Um dos grandes desafios que as iniciativas enfrentam é a criação e aprendizagem de modelos e instrumentos de gestão que sejam capazes de integrar os princípios das iniciativas, no contexto de uma sustentabilidade integral, de Economia Solidária e de Transição [ver secção Enquadramento] e que superem as insuficiências de práticas tradicionais de gestão. Simultaneamente, ter uma sustentabilidade financeira que permita a viabilidade dos projetos [31].

Desde o método de diagnóstico; aos processos de geração de soluções; à criação e gestão de fluxos de informação (interna e externa); aos processos de monitorização e avaliação que permitam a retroalimentação da ação e sua adaptação às mudanças do contexto; e à procura de formas éticas de financiamento. Trata-se do desenvolvimento de mecanismos de autogestão que permitem às iniciativas posicionarem-se no território perante outros atores locais e contribuir com o seu quadro de princípios e visão específicos.

Passando para uma escala maior, os vários agentes e atores dos territórios agregam-se em redes e parcerias, em função de determinados domínios de ação (campo de interesse e de conhecimento) que conferem identidade aos seus membros. Estas redes têm o potencial de gerar sinergias e trabalho em parceria, permitindo coordenar ações, cooperar em torno de recursos e capacidades existentes e colaborar em prol de causas comuns.

O presente capítulo aborda as seguintes abordagens:

- **Gestão de projeto** (*Todos sabemos de onde vimos e para onde vamos*);
- **Parcerias e redes** (*Todos juntos*);
- **Comunicação, lobbying e advocacia** (*Todos sabemos*).

Como exemplo da abordagem *Agenda Local Comum* selecionamos o projeto Parceria Local do Centro de Convergência de Telheiras. A área Conectar reporta-se, fundamentalmente, a dimensões transversais da ação como a dimensão política, cultural e territorial das iniciativas, e tem relação estreita com as áreas Partilhar, Gerir e Ser.

4. CONECTAR

Abordagem

Prática e descrição

4.1. Gestão de projeto

“Todos sabemos de onde vimos e para onde vamos”

Planeamento Estratégico

Planeamento prospetivo, com participação de todas as partes envolvidas, com base num quadro lógico construído que contém a visão e missão do projeto, os objetivos, metas e ações propostas, os resultados esperados e previsão de formas de avaliação. Resulta num plano estratégico geral que pode dar origem a planos de ação anuais.

Monitorização e Avaliação Integrada

Criar espaços e momentos para partilhar, refletir e rever a ação desenvolvida, e gerar aprendizagem conjunta entre todos os membros envolvidos, quer ao nível organizacional, quer das equipas e dos indivíduos. Definir os resultados esperados e os indicadores que permitem a sua verificação, assim como para os impactos desejados.

Processos de financiamento éticos e sustentáveis

Desenvolvimento de processos de sustentação financeira, quer pela via da produção de bens ou de prestação de serviços próprios, quer pelo uso de plataformas de financiamento

4.2. Parcerias e redes

“Todos juntos por um fim comum”

Integrar redes temáticas

Em rede podemos aprender em conjunto, ter visibilidade, aceder a contatos, partilhar recursos, reduzir custos e incrementar benefícios mútuos

Integrar parcerias geográficas e sectoriais

Identificar redes sectoriais existentes, quer da sociedade civil, quer de entidades públicas

Agenda local comum

Articular as instituições e iniciativas locais entre si e estas com a população de forma a criar sinergias de ação conjunta

4.3. Comunicação, lobbying e advocacia

“Todos sabemos para poder agir”

Campanhas de sustentabilidade integrada

Divulgar e debater os impactos das práticas convencionais, dando visibilidade às necessidades de transformação, e disseminar novos conceitos e práticas

EXEMPLOS A PESQUISAR

- o Parceria Local
- o MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos
- o Tools and resources for assessing social impact
- o Social business model Canvas
- o Modelo de Harvard ou Matriz SWOT
- o Associação portuguesa de avaliação de impactes
- o Rede de Economia Solidária (rede setorial)
- o Programa Rede Social
- o Grupos de Ação Local
- o Triodos Bank
- o Fórum de Finanças Éticas e Solidárias
- o Crowdfunding & Crowdsourcing
- o Campanha pelas Sementes Livres

4.1. Parcerias e Redes

4.1.1. Agenda Local Comum

O quê?

A construção de soluções colaborativas, ou de fazer juntos o que não é possível fazer sozinho, é fundamental para catalisar a transformação social das comunidades. O estabelecimento de uma Agenda Local Comum (ALC) é um exemplo de uma solução colaborativa. Consiste em criar uma estrutura de articulação da comunicação entre a população e as instituições e iniciativas locais de um lugar, e destas entre si, e de realizar eventos em conjunto, de forma a criar sinergias em prol do desenvolvimento local. Pode ser implementada através de diferentes formas: da criação de uma organização da sociedade civil para este fim (por exemplo, uma associação), de uma organização já existente que queira assumir este papel, de um grupo informal de entidades reunidas em torno deste objetivo ou quer ainda através da utilização e dinamização de estruturas já existentes como as Redes Sociais Municipais ou as Comissões Sociais de Freguesia.

Trabalhar em parceria é um princípio basilar da boa governança, fundamental na intervenção sobre os territórios [ver ponto *Governança* em *Enquadramento*] e que possibilita: desenvolver soluções colaborativas para a compreensão e intervenção sobre os aspetos críticos dos problemas, contextualizá-los num contexto maior e procurar novas formas de resposta. Dada a complexidade dos desafios a resolver, é essencial garantir a diversidade através do envolvimento de diferentes grupos e agentes da comunidade, promover a cidadania ativa e o *empowerment* político, com base nas suas forças e recursos. Exemplos de parcerias de sucesso têm como características:

- São holísticas e compreensivas, isto é, existe uma perspetiva integrada da comunidade, em todas as suas dimensões;
- Flexibilidade na capacidade de resposta, adaptando-se e utilizando abordagens criativas, o que se traduz, por exemplo, na capacidade em desenvolver e gerir fluxos de entrada e saída de *feedback* que alimentam a ação reflexiva e a capacidade de adaptação da parceria;
- Têm diversidade de parceiros, o que potencia o sentimento de comunidade (dada a qualidade de coesão associada à integração dos diferentes grupos) e o sentido crítico da parceria, dadas as diferenças em presença;
- Promovem o envolvimento dos membros da comunidade na resolução dos seus próprios problemas, o que estimula a sua autonomia;
- Constituem espaços de germinação de soluções inovadoras para os problemas das comunidades.

Estas características permitem ultrapassar algumas falhas comuns no que toca à intervenção sobre os territórios e que importa identificar de modo a identificar possíveis focos de dificuldades nas parcerias: a fragmentação das respostas; a duplicação de esforços; a desconexão entre as organizações e as comunidades; respostas excessivamente profissionalizadas, sem elementos de informalidade; e dificuldade em responder à diversidade. Este quadro de problemas pode ser reforçado por culturas organizacionais mais focadas nas insuficiências do que nas forças e existentes potencialidades, uma tendência maior para orientar a ação em resposta a crises, mais do que planear abordagens preventivas e, também, um sentido de competição com outras organizações, mesmo com aquelas que são parcerias.

Para quê?

Esta prática permite:

- Dar visibilidade a problemas difíceis e às insuficiências das respostas existentes para a sua resolução de forma a possibilita a geração de respostas capazes de atua ao nível das causas;
- Reduzir custos e esforços de implementação de ações e potenciar melhores resultados;
- Valorizar as forças e os recursos existentes, potenciando a autonomia das comunidades;
- A conjugação de perspetivas pode acelerar o desenvolvimento de soluções e os processos de transferência das mesmas para outros contextos;
- Reforçar as redes de solidariedade e entajuda locais entre indivíduos, famílias, organizações e outros agentes e atores locais;
- Aumentar as oportunidades de participação ativa das populações, estimulando o dinamismo e a mobilização das mesmas;

- Fomentar a aprendizagem em conjunto;
- Criar sentido de comunidade, aumentando o capital social da mesma;
- O fomento da coesão social potencia a melhoria da qualidade de vida.

definição: TIPOS DE TROCAS EM PARCERIAS

No âmbito do trabalho em parceria existem diversas formas possíveis de troca entre os seus membros, cada qual envolvendo níveis distintos de complexidade e risco, e de profundidade das mudanças alcançadas. O esclarecimento sobre o tipo de troca que se pretende desenvolver entre parceiros é útil para clarificar os objetivos comuns em torno dos quais se mobilizam:

Trabalho em rede (*networking*) – *troca de informação* para benefício mútuo, como por exemplo, trocar contactos, partilha de programas e ofertas. É a forma mais básica e comum de troca numa parceria.

Coordenação – para além de troca informação, existe uma *alteração de atividades* para benefício mútuo. Por exemplo, se duas entidades estão a desenvolver programas de atividades para o mesmo público, fazem-se alterações nos dias das atividades e complementam-se conteúdos de forma a não sobrepor ações.

Cooperação – para além de troca informação e da alteração de atividades existe uma *partilha de recursos* para benefício mútuo de forma a alcançar um propósito comum. A partilha de recursos traz novos fatores que complexificam a ação em parceria, atendendo à tendência das organizações em resguardar os seus próprios recursos. Contudo, a partilha de recursos e, por vezes, a única forma de viabiliza determinados objetivos.

Colaboração – para além de trocar informação, alterar atividades e partilhar recursos, há um esforço conjunto para *melhorar a capacidade de outros* para benefício mútuo e para alcançar o propósito comum através da *partilha dos riscos, recursos, responsabilidades e recompensas*. Com um maior grau de complexidade, esta é a forma mais poderosa de parceria [32].

Como?

A constituição de um grupo de pessoas para a realização e facilitação de encontros, assembleias, e grupos de discussão em torno de uma parceria local, facilita o percurso para o estabelecimento de uma ALC. Apresentamos alguns dos passos possíveis para a sua concretização:

- Começar por fazer um levantamento das diversas entidades locais interessadas em integrar uma parceria local é o primeiro passo para a mobilização coletiva local;
- Recolher os contactos e endereçar o convite para um primeiro encontro, com o objetivo de apresentar o projeto e recolher adesões;
- Identificar um espaço para os encontros e definir a periodicidade dos mesmos;
- A responsabilidade da organização de cada encontro poderá ser rotativa entre as entidades locais, sobretudo nos casos em que é escolhido um modelo de funcionamento mais informal e descentralizado, em que todos os membros partilham as tarefas de gestão da parceria;
- A definição participada de um diagnóstico e de uma visão estratégica do grupo e da sua forma de funcionamento será um passo significativo para a consolidação da parceria e para o reconhecimento da adesão;
- A criação de um evento aberto à população local organizado pela parceria local criada, no qual participam todos os parceiros com distribuição de tarefas, poderá servir para lançar e estreitar laços e colaborações locais (como por exemplos, feiras ou festivais locais);
- Fazer um levantamento periódico das ações de cada agente local;
- Criar um meio de comunicação comum, facilmente localizável e acessível para a população: a partilha de experiências e de estratégias de ação para o desenvolvimento local é fundamental para o reforço mútuo de resultados na comunidade;
- A sustentação da parceria poderá vir da partilha de custos e responsabilidades entre parceiros ou ser assumida pela entidade de poder público local através das suas redes e comissões sociais.

A criação de parcerias locais para uma agenda comum por iniciativa de uma associação ou de um grupo de moradores organizado é uma via que tem demonstrado resultados visíveis na valorização das comunidades locais, pelo reforço da ligação da população aos grupos e outras organizações. Uma das vantagens é a renovação e dinamização do tecido associativo existente e também uma forma de otimizar de recursos. Por exemplo, a utilização de espaços de centros comunitários locais pode promover a convivência entre gerações, experiências e perspetivas diversas sobre a localidade, fomentando o capital social da mesma e a capacidade de integração e coesão social.

Por outro lado, as Redes Sociais concelhias e as Comissões Sociais de Freguesia são também uma plataforma possível, potenciando formas de funcionamento renovadas e um alargamento do âmbito da ação local em que se focam. Criam-se, assim, condições para a promoção de um desenvolvimento local mais articulado e integrado, com maior participação de agentes locais nas redes e proximidade com a população. Por vezes a dimensão das freguesias é bastante vasta e justifica-se a criação de parcerias locais ao nível dos bairros. As Redes Sociais e respetivas Comissões Sociais de Freguesia constituem um recurso a mobilizar e utilizar pelas iniciativas locais, dadas as potencialidades do trabalho em rede, de alocação de recursos, criação de sinergias e de integração e reconhecimento local do seu trabalho [33]. O programa foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros 197/97 em 18 de Novembro de 1997, e os Despachos Normativos N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, no âmbito de uma geração de políticas sociais ativas, em prol do desenvolvimento integrado e da erradicação da pobreza e da exclusão social [34].

REFLEXÃO

O trabalho em parcerias alargadas, no contexto da *governança partilhada* dos territórios traz desafios à cultura de funcionamento das entidades e instituições que habitualmente detêm o papel de governação, e também à cultura de participação dos cidadãos e dos agentes da sociedade civil, uma vez que agora são chamados a participar numa ótica de coresponsabilização. Por um lado, o institucionalismo das primeiras resulta, por exemplo, da necessidade em tipificar e consolidar procedimentos administrativos que consubstanciem a orientação das políticas, e que, por isso, se traduzem na rigidez frequentemente apontada como inibidora da emergência de iniciativa local. Em última análise, resulta na invisibilidade de recursos e de capacidades locais e na perda de oportunidades para experimentar novas respostas para os atuais problemas, aos quais as respostas convencionais já provaram não conseguir responder. No caso dos cidadãos e das suas iniciativas, por norma, mobilizam-se a partir da identificação de problemas ou desafios para os quais não existe ainda uma resposta, ou as que existem não são satisfatórias. Com frequência, as soluções propostas podem conter um elemento crítico que coloca em causa o *status quo* e implicam graus variáveis de rutura com o mesmo, podendo gerar posturas de autolegitimação, em resultado de vários fatores, entre os quais a ausência de reconhecimento público pelo seu trabalho. Neste sentido, é importante a capacidade das iniciativas em superar a ortodoxia que impede o diálogo produtivo com outras instâncias e iniciativas e que, por vezes, limita a sua própria visão sobre o desenvolvimento de sinergias possíveis e a captação de recursos. Porém, é fundamental conciliar a capacidade de diálogo com a preservação da essência motivacional das iniciativas e do elemento crítico que transportam, enquanto potenciador de transformação [35].

Quem?

A Parceria Local, um projeto coordenado pela iniciativa Cento de Convergência de Telheiras, constitui um exemplo de uma ALC e que compreende uma rede de entidades locais com o funcionamento de um grupo informal, que trabalham em torno de uma plataforma de partilha de recursos e da realização de iniciativas conjuntas. O objetivo fundamental passa por contribuir ativamente para a melhoria da qualidade de vida do bairro em áreas como a cultura, educação, justiça, cidadania ativa, apoio à população mais vulnerável, segurança, ambiente e vida comunitária. A Parceria Local envolve a participação de 28 entidades, que incluem: a Associação de Residentes, o Centro Comunitário, a Biblioteca, Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais, a Junta de Freguesia e outras organizações, grupos e instituições, formais ou informais, identificados como atores ou agentes integrantes do bairro. A Parceria Local pretende facilitar as dinâmicas comunitárias do bairro através da articulação e coordenação de atividades, interesses e necessidades das instituições locais e da população. Por outro lado, dar visibilidade aos recursos existentes, como por exemplo, os serviços locais disponíveis e a agenda local de eventos, permitindo que a população conheça o seu próprio bairro e fomentando o seu dinamismo.

O Centro de Convergência de Telheiras foi fundado em 2013, com localização no Lumiar, uma das freguesias mais populosas do Concelho de Lisboa, com mais de 45mil habitantes. Para além da Parceria Local, que integra o Banco de Voluntariado, o Centro tem também como eixos de ação:

- **Comércio de Telheiras:** projeto que pretende promover a economia de proximidade e a qualidade de vida dos bairros, através da valorização e dinamização do comércio local. São 55 lojas agregadas em rede, com oferta de descontos e outras vantagens para a população local que aderir ao cartão do Comércio de Telheiras;
- **Viver Telheiras:** plataforma *on-line* que agrega e dissemina informação sobre Telheiras, com o objetivo de criar novas relações entre os habitantes, as pessoas que ali trabalham, as instituições e comerciantes;
- **Observatório Local:** responde à necessidade de sistematizar e divulgar a informação existente sobre o bairro, de forma que o conhecimento produzido possa ser mobilizado como um recurso útil para o bairro.

A concretização dos projetos traduz-se também na realização de vários eventos anuais ou pontuais, como o Festival de Telheiras, os Magustos, e outros, que cumprem o objetivo de reunir os diversos agentes locais em torno da celebração coletiva e da promoção dos recursos do bairro.

O Centro de Convergência constitui a evolução de um primeiro projeto integrado no Movimento de Transição, a Iniciativa de Transição de Telheiras. Este movimento surge em Inglaterra, no seguimento da proposta de um plano de decréscimo energético (*Energy Descent Action Plan - EDAP*) para a cidade de Kinsale, em 2005, e a posterior criação em 2006 da iniciativa *Transition Town Totnes*, em Totnes, Inglaterra. Hoje são milhares de iniciativas espalhadas pelos diferentes continentes do mundo, com as mais diversas culturas de formato, organização e ação. O que agrega estas iniciativas em torno da *Transition Network* consiste na partilha de experiências, conhecimentos e ferramentas que potenciem a construção de comunidades menos dependentes de recursos externos, como os combustíveis fósseis, e capazes de responder a mudanças abruptas, causadas pelas alterações climáticas ou choques do sistema económico atual, aumentando a sua resiliência.



5. Ser

Ao longo deste guia repetimos inúmeras vezes as palavras *transformação* e *mudança*, quer seja de práticas, perspectivas, modelos ou mesmo até de paradigmas. Mas, se pretendemos mudar o sistema educativo ou o sistema económico, por exemplo, de que forma é que podem ser diferentes daqueles que hoje conhecemos? Que princípios estariam subjacentes a esses novos sistemas mais integrados, sustentáveis e equilibrados? E como é que os “trazemos” para a vida real quotidiana?

Falamos com frequência nas palavras *participação* e *construção*. O que é que esse processo de transformação implica para cada um de nós? Que postura, atitudes, valores e comportamentos individuais melhor suportam esse processo de transformação? Que contextos e fatores é que melhor nos apoiam e estimulam a expressar o nosso contributo único em benefício da mudança?

A *colaboração* e a *partilha* surgem também como elementos constantes. O desafio, ouve-se muitas vezes, são as pessoas. De que forma podemos então gerar contextos relacionais capazes de integrar a diversidade humana, sem que se dilua o potencial criativo das diferenças? De que forma gerir os conflitos para que sejam oportunidades de aprendizagem conjunta? Quais são os elementos que melhor suportam o trabalho em parceria e o processo de tomada de decisões conjuntas?

Estas são algumas das questões que fazem parte do questionamento permanente das iniciativas e que, em última análise, conduzem à contemplação do propósito da ação humana e sobre o que se pretende que seja a sociedade em que vivemos. As iniciativas são uma construção com base nas escolhas dos seus membros e o modo como cada um é e interage, o modo como cada grupo se organiza, define o que se realiza. O desenvolvimento pessoal, quer interior, quer na relação com o grupo, a gestão de expectativas individuais e coletivas, e o cultivo de relações saudáveis, surgem, assim, como áreas fundamentais a considerar na revisão da definição de bem-estar. Por outro lado, o questionamento da conceção e práticas da relação entre o trabalho e o lazer é tido como um passo complementar e uma via para a libertação da criatividade coletiva.

Neste sentido, a área Ser apresenta-se como basilar na medida em que comporta a componente do questionamento e da aprendizagem, fundamentais aos processos de experimentação

de novas (ou renovadas) formas de estar. Neste contexto, a criação de espaços e tempos para o desenvolvimento do auto-conhecimento, da ação reflexiva e da capacidade de ser com o outro, e também para a celebração coletiva, é um aspeto essencial para nutrir as forças motrizes da ação coletiva *bottom-up*. No entanto, apesar da sua importância, a grande maioria das abordagens desta área são frequentemente esquecidas no âmbito do planeamento e da programação das iniciativas.

Neste capítulo abordam-se as seguintes abordagens:

- **Cultivo de relações saudáveis** (Sentimo-nos bem);
- **Nova relação trabalho/lazer** (A nossa criatividade coletiva é liberta).

Foi escolhida a iniciativa Casa da Floresta Verdes Anos com o exemplo da prática Aprendizagem Contínua, no âmbito da abordagem Cultivo de relações saudáveis.

5. SER	
Abordagem	Prática e descrição
5.1. Cultivo de relações saudáveis "Sentimo-nos bem"	<p>Aprendizagem contínua Dedica-se tempo e espaço para a formação, formal e informal, individual ou em grupo, para aumentar o nível de conhecimentos sobre a área de atuação e outras</p>
	<p>Desenvolvimento interior em grupo Contemplação, individual e coletiva, de questões fundamentais sobre o propósito da ação; partilha emocional; aprofundar contacto e conexão interpessoal; gerir diversidades e expectativas; e conciliar o desenvolvimento de cada membro com o todo, e vice-versa</p>
	<p>Comunicação autêntica Experimentam-se e praticam-se metodologias de comunicação baseadas na empatia e conexão</p>
	<p>Carta de princípios É criada uma base de valores e princípios que estabelece uma visão partilhada e eixos de ação orientadores, e que fundamenta a união entre os membros</p>
	<p>Processos de planeamento e de tomada de decisão horizontais e participados Utilizam-se processos de tomada de decisão com participação horizontal e equitativa, quer na planeamento, quer na implementação e atualização do plano</p>

5. SER

Abordagem

Prática e descrição

Trabalho e produção comunitária para bem-estar individual

Integrar uma visão sistémica de não separação entre a vida e o trabalho, onde se pretende responder às necessidades quotidianas com base no que é produzido em comunidade

5.2. (re)Organização social do trabalho

“A nossa criatividade coletiva é liberta”

Horário flexível

Sistema onde se estabelece número de horas de trabalho, mas com início e fim flexível, orientado para tarefas e coresponsabilidade

Espaços de trabalho multifuncionais

Aproveitar o potencial dos diferentes membros de organizações (empresas, associações e outros coletivos) e mobilizá-lo para gerar economia de partilha entre os mesmos e cruzar diferentes funções (familiar, de produção, de convívio, etc.)

EXEMPLOS A PESQUISAR

- o Casa da Floresta - Verdes Anos
- o Fóruns comunitários de discussão (Tamera)
- o Projeto Oxigénio
- o João sem Medo
- o Quinta do Alecrim
- o Vale da Sarvinda
- o Boa Comunidade Colaborativa

5.1. Cultivo de relações saudáveis

5.1.1. Aprendizagem contínua

A aprendizagem tem sido, e é, vista, como um processo formal gerado pela instrução de outro. Porém, atender a desafios complexos, como é o caso dos problemas sociais, ambientais, económicos, políticos e culturais que as sociedades enfrentam hoje, exige uma capacidade de aprendizagem permanente, autónoma e contextualizada. Cultivar esta capacidade, quer ao nível individual, grupal ou organizacional, traz novos desafios, quer pela potencial diluição de fronteiras entre as dimensões pessoal e profissional, quer pelo nível de implicação individual que exige no processo de aprendizagem e pela importância que as relações com os outros tem na efectividade das aprendizagens. À semelhança de outras áreas de práticas anteriores, a área Ser desafia valores culturais associados ao individualismo e à competição, em detrimento de posturas de colaboração e partilha.

O quê?

A forma como a aprendizagem é abordada no seio de uma iniciativa depende muito dos seus membros. Quando é assumida como um pilar fundamental da construção e consolidação da

iniciativa, implica a realização de atividades regulares que permitem aprofundar várias formas de conhecimento. A aprendizagem contínua consiste na alocação intencional de espaços e tempos no programa de atividades da iniciativa, dedicados à formação formal ou informal, individual ou em grupo, para aumentar o nível de conhecimentos sobre a área de atuação da iniciativa e outras. No âmbito das iniciativas

Na Casa da Floresta Verdes Anos, os membros educadores consideram que apenas podem implementar as práticas pedagógicas se fizerem “o seu próprio trabalho”. No âmbito deste trabalho interior, ou desta dimensão intrapessoal, são muitas as perspectivas e propostas de ferramentas que, apesar de tratarem deste aspeto individual de cada um, estão profundamente enraizadas no trabalho com o outro. Existem inúmeras abordagens que procuram apoiar o desenvolvimento de relações saudáveis: algumas centradas na conexão com a natureza (é o caso da Ecologia Profunda); grupos de apoio e de suporte; psicologia e inconsciente; abordagens ligadas à educação para a paz; a consideração da fé e da espiritualidade; abordagens focadas na diversidade e na diferença; outras, na efetividade dos grupos; na resiliência pessoal; ou de práticas como a *mindfulness* e a meditação. As atividades podem variar entre leituras temáticas e grupos de discussão, prática de meditação, de expressão artística, espaços para partilha pessoal em grupo e aprendizagem conjunta sobre temas relacionados com a “nutrição” do bem-estar do ser de cada um e do bem-estar do grupo. É também relevante e terapêutico criar condições de apoio à partilha emocional em grupo. Este tipo de trabalho implica dedicar atenção e trabalhar sobre a dimensão da comunicação, enquanto veículo basilar de expressão individual e de conexão entre os membros de um grupo.

Para quê?

Esta prática permite:

- Promover a capacidade de auto-conhecimento pela via do processo de auto-educação;
- Promover o desenvolvimento humano integral;
- Melhorar a experiência no trabalho e, assim, os seus resultados;
- Maior integração e coerência entre a vivência no trabalho e outras dimensões da vida;
- Melhorar a qualidade de vida e a resiliência pessoal;
- Contribuir para uma ação relevante e de qualidade adequada aos objetivos e contextos;
- Consolidar a identidade, profundidade e pertinência do que é produzido.
- Reforçar o sentimento de grupo e as relações de confiança entre os membros;
- Criar e reforçar a motivação para a ação;

Como?

Na programação do trabalho são previstos espaços e tempos dedicados ao desenvolvimento intrapessoal e interpessoal, com uma agenda temática em função dos interesses e necessidades considerados pertinentes. Estas atividades são parte integrante e regular do trabalho desenvolvido e podem ter uma periodicidade semanal, quinzenal ou, no máximo, mensal. A aprendizagem pode também ser cultivada através de atividades dedicadas à investigação e pesquisa, enquanto prática que estrutura o modelo de ação da iniciativa, mas também da sua capacidade em gerar uma ação reflexiva. A diversidade de fontes utilizadas, incluindo o conhecimento tradicional local, até pesquisas científicas internacionais, poderá contribuir para aumentar o potencial de inovação da iniciativa, na geração de ideias e na alimentação de processos de experimentação.

A monitorização e a avaliação, com indicadores definidos para cada projeto em específico, constituem também uma fonte de conhecimento relevante para a acção, uma vez que permitem que a iniciativa esteja atenta às mudanças no seu contexto de atuação e que possa gerar respostas adequadas. Por outro lado, as técnicas de investigação-ação, quando aplicadas de forma regular, originam conhecimento útil que poderá ser o motor do planeamento periódico da iniciativa, que se torna desta forma mais ajustada à realidade, a partir do conhecimento dos diferentes níveis de impacto gerados. O questionamento deverá ser uma prática de base para contribuir que as técnicas e estratégias utilizadas são adequadas aos contextos e objetivos.

Quem?

A Casa da Floresta Verdes Anos nasceu em 2004 e foi criada por um grupo de famílias que questionavam a ideia vigente de escola e os modelos educativos que estão na sua base. Com mais interrogações do que certezas, e partindo de uma forma de agir crítica, iniciaram o processo de desenvolvimento de um processo educativo que fosse ao encontro daquilo que acreditavam ser os princípios essenciais da educação. Depois de quase uma década a funcionar, a escola tornou-se legalmente reconhecida em 2013, localizada em Monsanto.

A escola adota a pedagogia Waldorf, quer pela sua visão holística do ser humano, pela valorização da espiritualidade, pelo contacto com a Natureza, pelo respeito dos ritmos naturais da criança, pela importância fulcral que atribui à educação pela Arte e pela sua filosofia alimentar. A conceção educativa da escola baseia-se numa visão holística da criança, cimentada na educação ambiental, no ensino pela arte, com o objetivo de dignificar as mais nobres qualidades de cada ser, como a generosidade, a alegria, a justiça, a responsabilidade, a coragem, a honestidade, a tolerância, a autonomia e o sentido de estética.

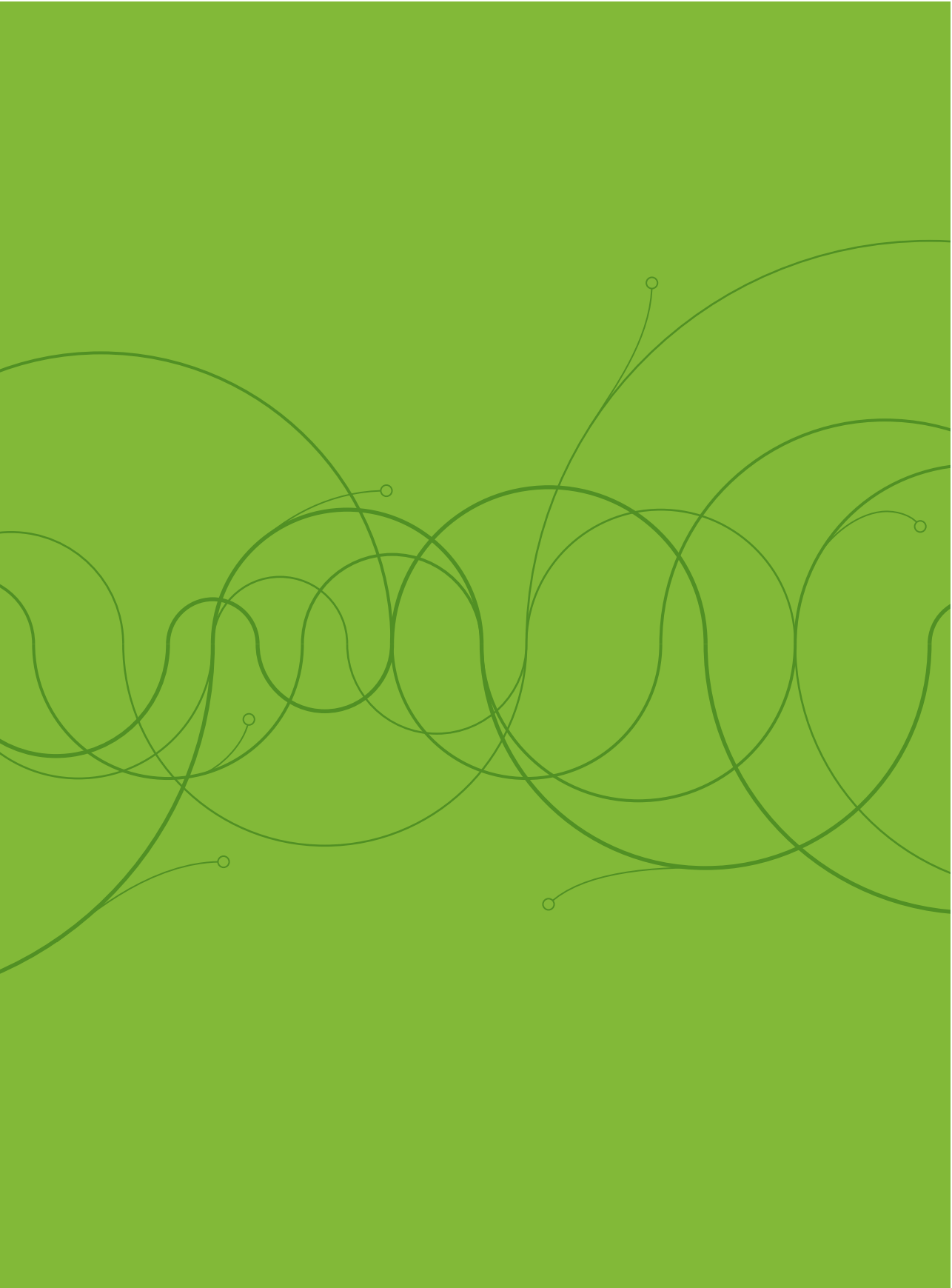
REFLEXÃO

São várias as abordagens e ferramentas que procuram apoiar o desenvolvimento de uma comunicação mais consciente, é o caso da *Comunicação Não-violenta*, proposta por Marshall Rosenberg. O autor propõe um conjunto de princípios e de técnicas de apoio aos relacionamentos pessoais e profissionais, com base na cooperação, empatia e eficácia das interações. Uma comunicação empática será aquela em que existe uma distinção entre observações e juízos de valor, sentimentos e opiniões, necessidades (ou valores universais) e estratégias, entre pedidos e exigências/ameaças. Um outro exemplo, é a técnica de *mindfulness* (atenção plena), uma forma de contribuir para o desenvolvimento individual de cada um, beneficiando o trabalho realizado em coletivo. À semelhança de outras abordagens, ajuda a cultivar a tomada de consciência dos pensamentos, sensações físicas e emoções em presença no momento de comunicação, sem reagir de uma forma automática e abrindo assim espaço à escolha da resposta mais adequada para cada situação. Estes são apenas alguns dos inúmeros exemplos de ferramentas, conceitos e metodologias existentes que procuram promover o desenvolvimento intrapessoal e interpessoal, com grande enfoque nos processos de comunicação e de interação.

Alguns dos principais princípios pelos quais a escola orienta o seu ensino são: o respeito pela natureza; a importância, educacional e ambiental, de uma alimentação ovo-lacto-vegetariana biológica e biodinâmica; a utilização de materiais orgânicos e recicláveis como instrumentos pedagógicos; e o desenvolvimento integral da criança, em conexão com a natureza. Tem ainda como princípio a abertura ao recurso a algumas medicinas alternativas, uma vez que permite conciliar os cuidados de saúde com o respeito pelos ritmos naturais de cada ser humano e, de forma fulcral, para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

definição: PEDAGOGIA DE WALDORF E MÉTODO DE MONTESSORI

A Pedagogia Waldorf assenta a sua prática educativa na conceção do ser humano como uma unidade total e em harmonia física, anímica e espiritual. Considera que o ser humano é portador de um potencial de predisposições e de capacidades que reclamam ser desenvolvidas e expressas ao longo da vida. Isto faz com que não seja apenas condicionado pela sua herança cultural e pelo ambiente que o rodeia, mas que seja considerado o seu potencial interior. A metodologia de ensino baseia-se numa sequência rítmica das fases do processo de aprendizagem: 1 – reconhecimento (vivenciar, observar, experimentar); 2 – compreensão (recordar, descrever, caracterizar, anotar) e 3 – domínio dos conteúdos (processar, analisar, abstrair, generalizar - elaboração de teorias). A finalidade essencial da pedagogia Waldorf é a de orientar os alunos da educação para a auto-educação, entendendo que o direito de educar outros baseia-se na própria auto-educação. Esta é uma premissa fundamental para os educadores Waldorf e que se traduz na importância do seu próprio processo de educação. Uma outra pedagogia é o Método Montessori, um modelo educativo centrado na autonomia, liberdade com limites e respeito pelo desenvolvimento natural das capacidades físicas, sociais e psicológicas da criança. Assenta em seis grandes pilares: Autoeducação, Educação Cósmica, Educação como Ciência, Ambiente Preparado, Adulto Preparado, Criança Equilibrada. Um caso de longevidade em Portugal é a Escola da Ponte, uma instituição pública que considera que o percurso educativo de cada aluno supõe um conhecimento cada vez mais aprofundado de si próprio e um relacionamento solidário com os outros. Criada em 1976, está inserida no sistema público de educação e localizada no município de Santo Tirso. O processo individual de cada estudante está distribuído por três núcleos distintos: o de iniciação, consolidação e aprofundamento.



ESTÓRIAS

As iniciativas são compostas por pessoas. Pessoas que a dado momento decidem orientar as suas ações por visões que podem desafiar normas vigentes e levar a repensar práticas. O que significa ser sustentável, inovador, inspirador, é com frequência apontado como dependendo da comunidade, da sua construção e das suas dinâmicas. A mensagem da transformação é disseminada experimentando soluções e modelos que demonstrem possibilidades antes impensáveis. Esta última secção é dedicada à partilha das vozes dos membros envolvidos nas iniciativas estudos de caso, com o objetivo de ilustrar experiências diretas de quem procura e experimenta outras formas de viver.

Visões e desejos

“É as pessoas poderem ligar-se com a vida, reclamarem o direito a viver, e reclamarem o direito a viver é fundamental atualmente. E viver, obviamente, é saber produzir o seu alimento, fazer o seu composto, saber fazer o seu jantar...”

270

“Se mudássemos de paradigmas, Portugal podia ser o país mais rico da Europa. Tem mais energia que qualquer país da Europa, tem água suficiente, podes fazer colheita três vezes no ano quando geres a comida e a água da maneira certa. Podia ser o país mais rico. O país mais autónomo”.

Tamera

“O nosso objetivo é criar uma aldeia, é fazer uma aldeia de base, de raiz, fixar cerca de cinquenta famílias e sermos completamente sustentáveis, em termos de alimento, incluindo cereal. Em termos de produção de energia temos todas as fontes de energia cobertas exceto os transportes que é o mais complicado, e sermos autónomos do ponto de vista do rendimento. E se tivermos isso tudo, se conseguirmos gerir tudo isto, fazemos, sem ser a brincar, cada vez menos, que é criar um Estado dentro do Estado. Com vista a uma autodeterminação, autonomia”.

Vale da Sarvinda

“A nossa missão é potenciar a ação e a visibilidade das várias entidades aqui do bairro, para que a população tenha aquela chamada qualidade de vida que é o sentimento de comunidade maior, que as pessoas se conheçam, que as pessoas sintam que o bairro tem os serviços disponíveis, tem os serviços... também no sentido humano, não é? (...) Nós sabemos que em alguns dos eventos que temos vindo a fazer, há pessoas que não se conheciam minimamente e que agora até já passam férias juntas ou coisas mesmo práticas do dia-a-dia, ou os filhos ficam em casa uns dos outros, ajudam os avós, ou seja, passar do conhecimento para a interação e para a ajuda e para a interajuda”.

Centro de Convergência de Telheiras

“Andámos a dedicar todo o nosso amor e toda a nossa experiência àquelas crianças, achamos realmente que as crianças são o futuro, e temos no nosso programa também os ciclos educativos, queremos falar com os professores, para termos uma abordagem diferente na escola, porque há muitos meninos medicados e nós queremos que vejam que é possível alterar, e temos programado passar alguns filmes, alguns documentários em que isso está demonstrado, em que fala de como é que a escola apareceu (...) que foi feita para os meninos ficarem daquela forma, para serem obedientes, e nós temos é que os tornar mais conscientes e criativos e autossuficientes, e que podemos mudar isso”.

1000Lides

“Essa é um pouco a ideia, de como é que cruzamos a agricultura com a cultura, o espaço rural com o espaço urbano, a arte de poder viver melhor, mais digna. Mas, acima de tudo, com a afirmação do indivíduo e da comunidade em que ele se insere, naquilo que ele tem que lhe é inato a ele. Não é o consumo, mas que é todo o processo criativo. (...) aquilo que nos dá energia, basicamente é isso. É todo o processo da transformação da paisagem através da melhoria da qualidade de vida, que se reflete nos modos de produzir, seja ele no aspeto da agricultura, da produção alimentar, digamos assim, seja ela no aspeto da cultura”.

Projeto 270

“Um ideal que às vezes tenho é que a humanidade decidisse investir na investigação para a paz, quero dizer... Podia também usar estes espaços militares onde as pessoas aprendem a ir para a guerra e o que fazer na guerra, podíamos pegar nestes sítios e transformá-los em universidades para a paz”.

Tamera

“A nossa estratégia passa muito por ter um número de compromissos que nós assumimos que queremos cumprir. Por exemplo, quando temos um projeto em determinada cidade, dar prioridade a empresas dessa cidade, ou dessa região, para fazerem um trabalho de forma a também conseguirmos ajudar a promover o emprego local, o desenvolvimento local. É assim, a estratégia acho que passa por sermos coerentes com os compromissos que assumimos, que é transparência e integridade, eletricidade cem por cento verde, envolvimento das pessoas, compromisso com o desenvolvimento local, e envolvimento de instituições de solidariedade social”.

Coopérnico

Comunidade

"O nosso entendimento de comunidade é o de pessoas que têm preocupações e objetivos comuns, ou que querem satisfazer necessidades comuns. É aquela... é o conceito da cooperativa; para nós, uma comunidade não tem que ser a comunidade local, tem que ser uma comunidade de pessoas que se revêm num futuro comum, e no nosso caso é um futuro de eletricidade renovável, abundante, eficiente, e produzida de forma descentralizada".

Coopérnico

"É sair de uma forma de pensar individual e olhar para os outros como companheiros num caminho. E esse passo é um trabalho interior de confiança. Quando tu comesças a confiar nas outras pessoas lá vais relevar mais, vais falar mais sobre o que está a acontecer, quer seja no teu coração a nível emocional, quer seja na tua cabeça ao nível intelectual, em todos os níveis e isso vai gerar mais confiança."

Tamera

"Quando alcançamos os nossos objetivos, e quando chegamos ao fim de uma tarefa, de uma empreitada, sim, celebramos. Fazemos sempre uma avaliação daquilo que passou, e, portanto, do que é que esteve bom, o que é que esteve mau, o que é que tem que ser melhorado ou ser feito de forma diferente. (...) Há uma avaliação, e uma celebração. Uma das coisas importantíssimas é celebrar! Que é uma das coisas que os projetos se esquecem sempre. Ficam sempre fixados nas dificuldades, nos resultados, mas depois nunca celebram. E vinte e cinco por cento do tempo todo é para celebração, e para pensar: "Ok, agora vamos celebrar. Conseguimos isto assim e assim. Não foi perfeito, mas pronto, estamos contentes com aquilo que atingimos."

Tamera

Desafiar normas e repensar conceções e práticas

"[É preciso] alguém que crie novos... novas terminologias, que nos permita abarcar estas coisas, porque senão parece que passamos nós... Como aquela palavra nova... não é nova a palavra, mas pronto, que é a questão dos neo-rurais e dos neo qualquer coisa... ou dos "neo" passa aos "pós". E andamos sempre com referências sempre com o passado, quando às vezes o processo já nada tem a ver com o passado. Portanto, o que falta realmente são terminologias novas."

Projeto 270

"Até agora os projetos sociais revestem-se [de]: "Eu sou um projeto social, coitadinho, ajudem-me a comprar estes produtos para eu ser sustentável". Eu acho que nós virámos a mesa ao contrário. Dissemos: "Não, isto é muita bom e agora que tu paraste para olhar eu vou-te contar a história toda que está por trás". Portanto é deixar um bocadinho esta lógica do assistencialismo."

REMIX

“Nós temos o calendário lunar mesmo no ponto de vista administrativo, pagamos os ordenados à Lua Nova, de Lua Nova à Lua Nova são os nossos ciclos. Então dentro da Lua Nova quantos dias de folga cada um quer ter, isso foi à votação. Então decidiu-se que foram nove dias de folga.”

Vale da Sarvinda

“O que é que é a pobreza? A sopa de urtigas era a sopa dos pobres (...) e hoje as urtigas no mercado já atingem um valor superior ao quilo de uma couve, não é? Portanto, acho que também temos que refletir um pouco... refletir um pouco o que é isso de ser pobre. E quais é que são esses valores que nos nutrem no nosso dia-a-dia. Mas o nosso processo é exatamente esse, é dizer como é que podemos utilizar o gás, não por sermos pobres, mas por não sermos parvos. (...) Essa pobreza que é o conhecimento. Acima de tudo, não a pobreza económica, que é o nosso objetivo ultrapassar, mas a pobreza de conhecimento, porque se nós conseguirmos fazer as coisas sem dinheiro, somos pobres, mas se conseguirmos fazer as coisas sem dinheiro, temos conhecimento, e então somos ricos em conhecimento. Ter uma bilha de gás em casa e gastá-la num mês é sinónimo de riqueza, mas se tivermos uma bilha de gás durante três meses a fazer a mesma coisa mas durante três meses (...) é eficácia e conhecimento. Isso é riqueza.”

270

“Fizemos uma experiência interessante nos últimos dois meses e meio. Dissemos: durante seis semanas vamos comer apenas [comida] regional. E fizemo-lo muito consequentemente. Colocamos de lado todas as especiarias que não vêm de Portugal, definimos a nossa região, primeiro, como Portugal, e reestruturamos toda a cozinha e no fim... claro, convidamos a comunidade a virem cá e mostrar-lhes, “Ah, é assim que sabe!” Tivemos muito sucesso. Por enquanto, não queremos voltar atrás. (...) Antes tivemos algum tempo juntos a partilhar porque queríamos fazer isto. Qual é o impacto global de uma experiência como esta? O que será necessário? Qual seria o resultado se toda a humanidade comesse... a comer local outra vez?”

Tamera

“Para nós, a soberania alimentar liga-nos a outras pessoas, que são aquelas que continuam a produzir a maior parte do alimento no nosso planeta, e são aquelas que também estão na fronteira da exclusão e do racismo social (...). Esse é o nosso ponto fulcral, é dizer às pessoas que grande parte da alimentação não vem do sistema agroindustrial, mas de pessoas que trabalham a terra com as mãos, com os cavalos, com as mulas, com as bestas, para produzir o alimento, para alimentar os milhões de pessoas, os biliões de pessoas que vivem no nosso planeta.”

270

Fazer e demonstrar para mobilizar...

"Não é fácil chegar às pessoas que plantam eucaliptos e dizer-lhes que em vez de eucaliptos podem pôr uma floresta autóctone, podem pôr sobreiros (...). Porque os eucaliptos crescem muito mais rápido, não é? E, portanto, não é fácil. Não podemos confrontar diretamente essas pessoas. Aquilo que tem sido, e aquilo que tem acontecido, é pela inspiração de outras pessoas que querem seguir modelos semelhantes. Por exemplo, na gestão da água... E houve já pessoas à volta, e aqui em projetos coletivos, e também privados, de pessoas que também já fizeram lagos, lagos de permacultura, que já adotaram este conceito. E, portanto, é pela infeção do outro!"

Tamera

"No nosso caso, ela [a compostagem] serviu como ponto de partida para ligar os vários pontos do sistema. Foi com ela que conseguimos chegar aos cafés e dizer aquilo que nós estávamos a fazer, (...) aos pescadores (...) aos talhos, (...) às pessoas (...) E foi assim também que conseguimos pôr as pessoas a pensar. Não abordando apenas a questão da vermicompostagem, não a questão de sabermos fertilizar a terra, não práticas mais amigas do ambiente, mas uma outra coisa em termos sociais, que tem a ver com a questão da privatização do lixo, da privatização da água. (...) Tentámos trazer às pessoas que elas no seu dia-a-dia... Coisas muito simples que têm realmente importância. Por isso, eu penso que é uma... que é um bom ponto de partida, porque... permite-nos tocar muito nas pessoas, que elas possam contribuir sem ser com o dinheiro das quotas dos sócios, sem terem dinheiro. (...) Podem contribuir com a vontade delas."

270

Impactos

"E agora passados 5 anos, como já... pronto, entretanto, voltámos a ter os meninos, e sempre fizemos oficinas, porque a nossa função também era trazer as oficinas para as crianças, elas faziam mais o acompanhamento, e nós fazíamos as oficinas. E hoje em dia, mesmo na escola, mesmo nas atividades extracurriculares, vê-se que os miúdos estão completamente diferentes. (...) Vê-se que estão muito mais abertos, eles agora já é difícil surpreendê-los, porque nós já fizemos mesmo um trabalho... (...) os pais começaram a pedir para prosseguir com o ATL, para terem também durante o ano, terem possibilidade de deixar lá os meninos, para eles fazerem os trabalhos de casa, para estarem lá... e os miúdos gostavam muito de ir para o ATL."

1000Lides

"Nós vamos sabendo assim aos bocados de coisas que vêm do nada. (...) estava lá uma senhora a vender licores. (...) E ela: "É por vossa causa que eu tenho aqui isto." Licores e comota. E nós assim: "Por nossa causa? Como é que é possível?" E foi muito giro, porque ela conheceu-nos porque foi a uma das nossas oficinas e nós também falamos daquela questão

dos excedentes. Ou seja, quando se tem muito... A questão da sustentabilidade, como dar a volta a coisa, como gerar rendimento com as coisas que temos localmente (...). E ela começou a fazer compotas de laranja, licores de laranja... E ela diz que chega à oficina a pensar naquilo... (...) e como tinha montes de laranjas, começou a fazer os licores... (...) E agora vende também na loja, e esta loja está também no mercado.”

Círculos de Sementes

“Foi uma forma que nós encontramos de envolver a comunidade no processo do REMIX porque o que acontece na incubadora de eco-design... O que nós fizemos foi recrutar designers, devolver-lhes este desafio e a ideia é sempre trabalhar nessa lógica do design social, que é: “você não nos pode apresentar um produto final, esse produto tem de ser pensado em conjunto. Independentemente das resistências todas, e a “Maria”, melhor do que ninguém, poderá dizer que a fase inicial dela de contacto com o público não foi assim tão fácil quanto isso. Porque eles boicotaram tudo. Tudo, tudo, tudo. Hum, mas ainda bem que boicotaram porque, se eu faço agora uma retrospectiva que é, face aos conhecimentos deles que eram muito díspares e diferenciados, para nós agora foi um input valiosíssimo porque de facto as peças, em termos de sustentabilidade e resistência e o próprio design, estão muito mais bem conseguidas do que aquilo que nós podíamos idealizar.”

REMIX

“Com os Círculos já está a acontecer muita coisa que não tem nada a ver com as sementes, direcionado especificamente, não é? (...) Havendo um motivo nós podemos solucionar uma série de causas, mesmo ajudar pessoas que têm dificuldades, que têm carências. (...) no Círculo de Sementes de (...) conheceram-se várias pessoas (...) O “Xavier” e o “André”, neste caso, em que o “Xavier”, neste momento, está a dar emprego ao “André”, mas já se conheceram através do Círculo de Sementes. Ou seja, mutuamente têm uma causa em comum, que é as sementes, apoiam-se mutuamente quando é preciso, ir às hortas vão todos como grupo, mas ao mesmo tempo surgem estas sinergias, também. E até aquela... a frutaria... o “João” criou uma frutaria no mercado (...) que está a ser renovado – estão a tentar dar vida àquilo - através de... São quase todos eles membros do Círculo de Sementes. Porquê? Porque se conheceram nos Círculos de Sementes e começaram a criar estes tais laços de amizade e de família, não é? Então, estão uma, duas, quatro... São cinco ou seis - mais a pizzaria - lojas, dentro do mercado que tem para aí dez ou doze lojas, todas são de elementos dos Círculos. (...) Porque como são amigos, um falou a outro, o outro falou a outro: “Vamos fazer isto, vamos fazer aquilo, vamos fazer aqueloutro”. Então eles estão todos unidos neste sentido, percebe? É como se criasse uma rede que se apoia.”

Círculos de Sementes

“Pontualmente, nós começamos a perceber que as pessoas se foram apropriando deste recurso e foram-nos pedindo cola, um agrafador, um martelo, um berbequim e tal e tal... O Senhor “Abel”, muito a medo: “Ah, vais ver que as pessoas não te vão devolver o material.” As pessoas devolviam. Vinham e diziam: “olhe, tá aqui. Tive o cuidado de limpar e obrigado. É preciso pagar alguma coisa? Posso dar 1€, 2€ para contribuir e tal?” E foi assim que o

Senhor “Abel” e o senhor “Simão” pensaram em criar esta ideia dos Eco-Serviços que é, se nós temos uma oficina que está devidamente capacitada e temos aqui um potencial humano com competências para, vamos pensar nesta sustentabilidade financeira do projeto e gerar estes Eco-Serviços”.

REMIX

“A Câmara Municipal... (...) Eles é que fizeram tudo. E depois foi tipo assim, o pão foi fornecido por uma padaria, gratuitamente. (...) E sem ninguém ter dinheiro nenhum, estávamos todos a zero. O que é incrível é que de um momento para o outro... Eles começaram a falar com as pessoas da terra. A padaria ofereceu pão para os dois dias. Era cem pães por dia... (...) que eles deram. Sobrou imenso pão. [risos] Começou a vir tudo... (...) A Junta disponibilizou sítio para as pessoas dormirem e terem sítio para estar, a Junta disponibilizou autocarro... (...) Uma mercearia pequenina ofereceu o leite. Foi giro ver as pessoas a mobilizarem-se. Num meio tão pequeno, as pessoas gostaram (...) Não faziam parte dos Círculos, mas moveram-se pela causa das sementes, através do Círculo de Sementes neste caso (...) e não se gastou um cêntimo.”

Círculos de Sementes

Sustentabilidade

“Quando nós damos a época da construção no 3º ano, por exemplo, em que eles vão explorar todo o tipo de construção de casas que existem no planeta, em que eles vão ter contacto com construções com comunidades que agora constroem as suas casas com fardos de palha, com garrafas de vidro, estamos a trabalhar nestes jovens esse sentido de auto-sustentabilidade, essa procura a nível ambiental.”

Casa da Floresta Verdes Anos

“Nós não queremos ficar no paradigma do projeto rural, nem no projeto de construção, nem somente também no projeto social. O que para mim faz sentido é ver tudo numa forma integrada, aliás, é o que vem nos livros mas tu raramente vês depois na prática a funcionar de uma forma eficaz, de uma forma funcional. O que nós queríamos fazer é, exatamente, encontrar mecanismos que se autoalimentem, que sejam eles próprios capazes de se sustermem em si mesmos. Para mim isso é que é sustentabilidade.”

Vale da Sarvinda

“Para mim, uma parte importante da sustentabilidade é a sustentabilidade social. Eu conheço vários projetos que trabalham na sustentabilidade exterior e que falharam, porque a estrutura social ou o esqueleto não foi construído sustentavelmente. Por isso, para uma sustentabilidade verdadeiramente duradoura, o aspeto social tem de ser parte integrante. E depois, a imagem mais bonita, para mim, da sustentabilidade, é que através das nossas vidas e através das nossas ações estamos a criar abundância e cura. Não apenas porque somos menos maus para o nosso planeta, mas porque de facto, curamos (...) ser regenerativo.”

Tamera

“Sustentabilidade tem muito que ver com esta premissa base de empowerment. A partir do momento em que consigo capacitar uma comunidade local, que consigo capacitar as pessoas (...) E a minha sustentabilidade, face aos projetos em que estou envolvido, é de facto a questão base é: aumentar sempre o consórcio, trabalhar em parceria, parceria. Porque eu sei perfeitamente que eu posso não ter um recurso hoje, mas há um parceiro que tem esse recurso e há essa troca de serviços, cada vez mais. E nada tem que ver e não tem que passar por esta questão de aquisição de serviços, de tu teres pago. (...) a partir do momento que eu tenho essas ferramentas e posso fazer com que essas ferramentas possam passar a ser utilizadas por outras pessoas, essas pessoas podem pontualmente e gradualmente começando a adquirir skills para fazer com que essas ferramentas possam ser multiplicadas, é sempre nesta lógica.”

REMIX



apoio

